

CÂMARA MUNICIPAL

# Odielas

## Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVIII - N.º 9 / 2017

2 de maio de 2017



**FICHA TÉCNICA:**

**Diretor:** Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,  
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

**Propriedade e Edição:** Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,  
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

**Coordenação, Layout e Paginação:** Câmara Municipal de Odivelas  
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

**Periodicidade:** Quinzenal

**Data de publicação:** 2 de maio de 2017

**Tiragem:** 20 Exemplares

**N.º de Depósito Legal:** 263350/07

Distribuição Gratuita

**Fotos de capa:** 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,  
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,  
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,  
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

**Telefone:** 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: [www.cm-odivelas.pt/](http://www.cm-odivelas.pt/)



## ÍNDICE

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 19 de abril de 2016

	Página
Retirada de ponto - Ata da Câmara Municipal de Odivelas	7
Ata da Câmara Municipal de Odivelas	7
Prestação de Contas do Município de Odivelas do ano de 2016	7
1.ª Revisão Orçamental de 2017, 7.ª Modificação Orçamental	7
Aumento de despesa relativamente ao Procedimento por Concurso Público para Aquisição de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança em Instalações de Administração direta e indireta do Município de Odivelas - Agrupamento de Entidades	8
Novas peças de procedimento (Programa de Concurso - Caderno de Encargos), no âmbito do Concurso Público Internacional para Aquisição de Prestação de Serviços de Manutenção de Diversos Espaços Verdes no Concelho de Odivelas	8
Retirada de ponto - “VI Bienal de Culturas Lusófonas	8
Prestação de Contas dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos (SIMAR) de Loures e Odivelas, referente ao ano de 2016	8
1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos (SIMAR) de Loures e Odivelas	9
Adjudicação do Procedimento para Fornecimento de Gás Natural Comprimido (GNC), dividido em dois lotes, dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos (SIMAR) de Loures e Odivelas	9
Plano de Ação Social e Transportes Escolares, para o ano letivo de 2017/2018	9
Protocolo de Geminação entre os Municípios de Odivelas (Portugal) e o Município de São Caetano de Odivelas (Brasil)	10
Instituição do dia 28 de maio como o “Dia Municipal do Bombeiro”	10
Revogação do Protocolo celebrado entre o Município de Odivelas e a Rodoviária de Lisboa em 2010 - Projeto “SerSeguro”	10
Minuta de Protocolo de Colaboração e Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Rodoviária de Lisboa - Projeto “SerSeguro”	10
Celebração de um Protocolo entre o Município de Odivelas e a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e a Associação de Futebol de Lisboa (AFL)	12
Realização do projeto “Férias de Verão 2017”	14
Delimitação da Unidade de Execução dos Borrageiros e respetivos Termos de Referência	14
Relatório de ponderação da discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução (EU) dos Borrageiros	16
Delimitação da Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente e respetivos Termos de Referência	16
Relatório de ponderação da discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução (EU) da Rua das Ribeiras Poente	18
Esquema Diretor da UOPG-13-Zona da Ribeira da Paiã	18



	Página
Delimitação da Unidade de Execução do Casal da Fonte e Respetivos Termos de Referência	19
Abertura do período de Discussão Pública da Unidade de execução do Casal da Fonte	21
Alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000, do Bairro Granjas Novas, para o lote 31, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	21
Alvará de Loteamento n.º 7/2001, que titulou as obras de urbanização em falta no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	21
 <b>UNIDADES ORGÂNICAS</b>	
Despachos	22
Editais	25
Avisos	26
Decisões com Eficácia Externa	27
 <b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL</b>	
<b>2.ª SESSÃO ORDINÁRIA</b> realizada em 27 de abril de 2017	
Votos de Condenação	43
Moções	43
Recomendação	43
Voto de Louvor	44
Prestação de Contas do Município de Odivelas do Ano 2016	44
Prestação de Contas dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos (SIMAR) de Loures e Odivelas	46
1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos (SIMAR) de Loures e Odivelas	46
 <b>Anexo:</b>	
Plano de Ação Social e Transportes Escolares	49



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**







## CÂMARA MUNICIPAL

## MUNICÍPIO DE ODIVELAS PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2016

### 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 19 de abril de 2017

### DELIBERAÇÕES

### RETIRADA DE PONTO

#### ATA DA 22.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Retirada do ponto referente à “Aprovação da Ata da 22.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 18 de novembro de 2015”, da ordem de trabalhos da presente reunião da Câmara Municipal de Odivelas.

**(Aprovado por unanimidade)**

### ATAS

#### ATA DA 18.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 21 de setembro de 2016.

**(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 21 de setembro de 2016)**

### PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2016

Prestação de Contas do Município de Odivelas do ano de 2016, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/4177, de 2017.04.12. No âmbito da referida Prestação de Contas foi deliberado o seguinte:

-Aprovação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2016 do Município de Odivelas, nos termos e para os fins previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;

-Aprovação do Relatório de Gestão das atividades municipais, cujo teor se enquadra na prestação de contas do Município de Odivelas;

-Aprovação do Resultado Líquido do Exercício de 6.330.967,41€, nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL e que o mesmo seja levado a:

-reforço da reserva legal, em 316.548,37 euros correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício;

-o restante, no montante de 6.014.419,04 euros, para incorporação na conta 59 – “Resultados Transitados”.

-Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação do Município de Odivelas.

Carece de deliberação em Assembleia Municipal

**(Aprovado por maioria)**

## REVISÃO ORÇAMENTAL 2017

### 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2017 7.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

1.ª Revisão Orçamental de 2017, 7.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2017/4151, de 2017.04.13 e que farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na referida informação.

Carece de deliberação em Assembleia Municipal

**(Aprovado por maioria)**



## SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

### CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – AUMENTO DE DESPESA

Aumento de despesa relativamente ao Procedimento por Concurso Público para Aquisição de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança em Instalações de Administração direta e indireta do Município de Odivelas – Agrupamento de Entidades, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/3795, de 2017.04.03:

Valor mensal referente à Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - 37.760,00€/mês (inicialmente estimado) para 40.000,00€/mês (previsão para adjudicação) - 480.000,00€/ano - 1.440.000,00€/trienio;

Valor para bolsa de horas em instalações municipais referente a 10% do valor contratual estimado 45.312,00€/ano (inicialmente estimado) para 48.000,00€/ano (previsão de adjudicação) - 147.000,00€/trienio;

Valor global relativo ao aumento de despesa, distribuído da seguinte forma:

-2.240,00€/mês + IVA - 26.880,00€/ano + IVA - 80.640,00€/trienio + IVA - valor da prestação de serviço;

-2.688,00€/ano + IVA - 8.064,00€/trienio + IVA - valor para bolsa de horas;

-29.568,00€/ano + IVA - 88.704,00€/trienio + IVA - valor global de aumento de despesa.

O preço base deste procedimento, no que ao Município de Odivelas diz respeito, será de 1.587.000,00€ (um milhão, quinhentos e oitenta e sete mil euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

*(anteriores deliberações, referentes ao Procedimento por Concurso Público para Aquisição de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança em Instalações de Administração direta e indireta do Município de Odivelas – Agrupamento de Entidades, aprovadas na 2.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 25 de janeiro de 2017 e na 3.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, de 16 de fevereiro de 2017 - publicadas no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 3/2017 e n.º 4/2017, respetivamente)*

Carece de deliberação em Assembleia Municipal

**(Aprovado por unanimidade)**

## SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE DIVERSOS ESPAÇOS VERDE

### CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – NOVAS PEÇAS

Novas peças de procedimento (Programa de Concurso – Caderno de Encargos), no âmbito do Concurso Público Internacional para Aquisição de Prestação de Serviços de Manutenção de Diversos Espaços Verdes no Concelho de Odivelas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/3987, de 2017.04.07.

*(anteriores deliberações, referentes ao Concurso Público Internacional para Aquisição de Prestação de Serviços de Manutenção de Diversos Espaços Verdes no Concelho de Odivelas, aprovadas na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 8 de fevereiro de 2017 e na 4.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, de 2 de março de 2017 - publicadas no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4/2017 e n.º 5/2017, respetivamente)*

Carece de deliberação em Assembleia Municipal

**(Aprovado por maioria)**

## RETIRADA DE PONTO

### VI BIENAL DE CULTURAS LUSÓFONAS

Retirada do ponto referente à “VI Bienal de Culturas Lusófonas – Proposta de Aditamento com Reforço de Verba”, da ordem de trabalhos da presente reunião da Câmara Municipal de Odivelas.

**(Aprovado por unanimidade)**

## SIMAR DE LOURES E ODIVELAS

### PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2016

Prestação de Contas dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos (SIMAR) de Loures e Odivelas, referente ao ano de 2016, nos termos dos documentos (Propostas n.º 105/2017 e n.º 107/2017) remetidos a esta Câmara Municipal pelos SIMAR, através do ofício n.º S/8121/2017, de 2017.03.24, na sequência do deliberado pelo seu Conselho de Administração, na sua 62.ª reunião ordinária, de 24 de março de 2017, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/4177, da Câmara Municipal de Odivelas, de 2017.04.12. No âmbito da referida Prestação de Contas foi deliberado o seguinte:





-Aprovação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2016 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas, nos termos e para os fins previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, conjugado com o disposto no n.º 3 do art.º 16 da lei 50/2012, de 31 de agosto;

-Aprovação do Relatório de Gestão de Atividades, cujo teor se enquadra na prestação de contas dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas.

Carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por unanimidade)

#### DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017 1.ª REVISÃO

1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos (SIMAR) de Loures e Odivelas, nos termos dos documentos (Proposta n.º 118/2017) remetidos a esta Câmara Municipal pelos SIMAR, através do ofício n.º S/8121/2017, de 2017.03.24, na sequência do deliberado pelo seu Conselho de Administração, na sua 62.ª reunião ordinária, de 24 de março de 2017, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/4188, da Câmara Municipal de Odivelas, de 2017.04.12.

Carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por unanimidade)

#### FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO

Adjudicação do Procedimento para Fornecimento de Gás Natural Comprimido (GNC), dividido em dois lotes, dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos (SIMAR) de Loures e Odivelas, tendo em conta que a decisão para contratar pertence às duas Câmara Municipais, de Loures e de Odivelas, atendendo ao montante da adjudicação (conforme o n.º 1, do artigo 73.º, do Código dos Contratos Públicos). Adjudicação a ser efetuada no seguinte modo, nos termos dos documentos (Proposta n.º 129/2017) remetidos a esta Câmara Municipal pelos SIMAR, através do ofício n.º S/8121/2017, de 2017.03.24, na sequência do deliberado pelo seu Conselho de Administração, na sua 62.ª reunião ordinária, de 24 de março de 2017, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/4167, da Câmara Municipal de Odivelas, de 2017.04.12:

-Lote 1 – à empresa Valorsul, Valorização e Exploração de Sistemas de Gás, S.A., pelo preço contratual global de 347.000,00€ + IVA à taxa legal em vigor;

-Lote 2 – à empresa Dourogás, Mediação e Exploração de Sistemas de Gás, S.A., pelo preço contratual global de 347.000,00€ + IVA à taxa legal em vigor).

*(anteriores deliberações, referentes ao Procedimento para Fornecimento de Gás Natural Comprimido (GNC), aprovadas na 1.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 11 de janeiro de 2017 e na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 8 de fevereiro de 2017 - publicadas no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 2/2017 e n.º 4/2017, respetivamente)*

(Aprovado por unanimidade)

## EDUCAÇÃO

#### PLANO DE AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES ANO LETIVO 2017/2018

Plano de Ação Social e Transportes Escolares, para o ano letivo de 2017/2018, que introduz as seguintes alterações relativamente ao Plano anterior, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/4144, de 2017.04.11:

“A - Principais alterações no articulado do Plano de Ação Social e Transportes Escolares (PASTE)

Atualização do texto introdutório no que se refere aos diplomas legais que servem de suporte às diferentes modalidades de apoio.

Área	PASTE em vigor	Alterações Propostas 2017/2018
<b>Fases de Candidatura</b>		
<b>Auxílios Económicos</b>	a) 1.ª Fase – até 30 de setembro; b) 2ª Fase – até 30 de novembro.	a) 1.ª fase – até 15 agosto b) 2.ª fase – até 31 outubro c) Após fases anteriores por motivos não imputáveis ao encarregado de educação
<b>Refeições Escolares</b>	a) Implementação da Plataforma Informática; b) Aquisição efetuada diretamente pelos encarregados de educação à empresa; c) Monitorização dos consumos	a) Consolidação da plataforma informática de gestão de refeições escolares; b) Aquisição efetuada diretamente à CMO (Referências MB; postos de venda; fatura eletrónica); c) Desmarcação da Refeições via Web ou presencial (na plataforma; via telefone; presencial) d) Incumprimento por dívida geridos pela CMO
<b>Alunos fora do concelho prazos/pagamentos</b>		
<b>Transportes Escolares</b>	Pagamentos à JFreguesias no período letivo seguinte: a) 1.ª tranche – início 2º Período; b) 2.ª tranche – início 3º Período; c) 3.ª tranche – final ano letivo. Ressarcimento pelas JFreguesias aos alunos/encarregados de educação:	Pagamentos à JFreguesias a) 1.ª tranche - setembro (estimativa); b) 2.ª tranche - dezembro (acerto de contas); c) 3.ª tranche - abril Juntas de Freguesia aos alunos/encarregados de educação mensal até dia 8 do mês seguinte



	a) no prazo de um mês após a transferência de verbas por parte da CMO	
	<b>Transportes Especiais</b>	
	-----	a) Criação de regras de funcionamento do serviço; b) Criação de prioridades dos utentes 1. Alunos NEE residentes no concelho que frequentem escola da área de residência ou Unidade no concelho; 2. Alunos NEE residentes no concelho, dentro da escolaridade obrigatória que frequentem escola fora da área de residência ou Unidade noutro concelho; 3. Alunos NEE residentes no concelho que frequentem pré-escolar do concelho com 4 ou 5 anos; 4. Alunos NEE residentes no concelho, fora da escolaridade obrigatória que frequentem escolas ou instituições do concelho; 5. Alunos NEE residentes no concelho, fora da escolaridade obrigatória que frequentem escolas ou instituições fora do concelho; 6. Outros casos.

(...).

(O Plano de Ação Social e Transportes Escolares, para o ano letivo de 2017/2018, e respetivas Normas, estão publicados, em anexo, neste Boletim)

**(Aprovado por unanimidade)**

## PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO

### PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS (PORTUGAL) E O MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS (BRASIL)

Protocolo de Geminção entre os Municípios de Odivelas (Portugal) e o Município de São Caetano de Odivelas (Brasil), que tem por objeto a promoção das medidas necessárias para assegurar o intercâmbio e aproximação entre os Municípios irmãos no âmbito das relações económicas, culturais, sociais, turísticas, ambientais, desportivas, académicas, boas práticas e modernização administrativa, de acordo com o proposto na informação n.º interno/2017/4071, de 2017.04.10.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal.

**(Aprovado por unanimidade)**

## “DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO”

### INSTITUIÇÃO DO “DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO”

Instituição do dia 28 de maio como o “Dia Municipal do Bombeiro”, e assinalar anualmente a efeméride, com a realização de cerimónias e iniciativas diversificadas, dirigidas e abertas aos munícipes. A instituição do “Dia Municipal do Bombeiro” tem como objetivo homenagear o trabalho dos homens e mulheres que diariamente sob o lema “Vida Por Vida” se empenham na proteção e defesa do concelho, de acordo com o proposto na informação n.º interno/2017/4074, de 2017.04.10.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal.

**(Aprovado por unanimidade)**

## PROJETO “SERSEGURO”

### PROJETO DE EDUCAÇÃO RODOVIÁRIA NO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE ODIVELAS REVOGAÇÃO DE PROTOCOLO

Revogação do Protocolo celebrado entre o Município de Odivelas e a Rodoviária de Lisboa, aprovado na 23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 9 de novembro de 2010, (Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 22 de 2010, página 12), de acordo com o proposto na informação n.º interno/2017/4060, de 2017.04.10.

**(Aprovado por unanimidade)**

### MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM A RODOVIÁRIA DE LISBOA

Minuta de Protocolo de Colaboração e Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Rodoviária de Lisboa. Com o presente protocolo pretende-se celebrar uma parceria cujo objetivo é estabelecer as bases de colaboração recíproca entre as partes, de forma a permitir a continuidade do Projeto “SerSeguro” e do “Concurso Em Odivelas, Segurança... Total!”, de acordo com o proposto na informação n.º interno/2017/4060, de 2017.04.10.



“Protocolo de Colaboração e Cooperação

Considerando que,

A promoção da segurança rodoviária passa pela socialização e promoção pedagógica de comportamentos e atitudes cívicas junto das crianças e jovens, por forma a garantir cidadãos mais conscientes em termos da segurança rodoviária. O Município de Odivelas, em colaboração com diversas entidades, promove, desde 2003, o Projeto SerSeguro nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, abrangendo, anualmente, cerca de quatro mil alunos, dos quais mil e duzentos destes do 4º ano;

O desenvolvimento sustentado da Educação Rodoviária implica uma cultura de coresponsabilização institucional, que envolva uma articulação e otimização dos recursos disponíveis, em consonância com as competências e áreas de atuação das entidades parceiras;

O alargamento do plano de formação do aluno nesta área, a implicação da comunidade educativa no desenvolvimento do Projeto e a sensibilização da comunidade local para a promoção da segurança rodoviária, suscitam estratégias de abordagem inovadoras. A Rodoviária de Lisboa associou-se ao Projeto SerSeguro, viabilizando a formação dos alunos na área da utilização do transporte público, através da disponibilização de autocarros e meios humanos para a concretização da formação “RodOdivelas Vai à Escola” e para a realização do Concurso Municipal “Em Odivelas, Segurança... Total!”;

Atualmente, o Projeto SerSeguro encontra-se consolidado, com uma rede estruturada de parceiros, cujo trabalho tem impacto junto da comunidade educativa, traduzindo-se como exemplo de boas práticas a nível nacional;

A excelente colaboração existente entre a Rodoviária de Lisboa e o Município de Odivelas, na promoção e desenvolvimento da prevenção e educação rodoviárias, recomenda assegurar a sua continuidade;

Entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado como Primeiro Outorgante;

e

RODOVIÁRIA DE LISBOA, com sede na Avenida do Brasil, 45 – 1º, em Lisboa, pessoa coletiva 503 418 455, neste ato representada pelo seu Presidente, António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio, adiante designado como Segundo Outorgante. É celebrado o presente Protocolo de Cooperação e Colaboração, que se rege pelas cláusulas

seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.

Cláusula Primeira  
(Do Objeto)

Com o presente Protocolo, visa-se celebrar uma parceria entre as duas entidades Outorgantes, cujo objetivo é estabelecer as bases de colaboração recíproca entre as Partes, de forma a permitir a continuidade do Projeto SerSeguro e do Concurso Em Odivelas, Segurança... Total!

Cláusula Segunda  
(Das responsabilidades do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante responsabiliza-se por:

- a) Avaliar e programar, em conjunto com o Segundo Outorgante, o plano de atividades anual a desenvolver no âmbito do Projeto SerSeguro;
- b) Implementar e operacionalizar as atividades inerentes à realização do plano de formação em transporte público junto das escolas, denominado “RodOdivelas Vai à Escola”, assegurando os recursos humanos necessários para apoiar a monitorização das sessões por parte da Rodoviária de Lisboa;
- c) Divulgar e implementar junto das escolas o Concurso Em Odivelas, Segurança... Total!, de acordo com as normas do mesmo;
- d) Nomeação de Júri:
  1. O Primeiro Outorgante compromete-se a solicitar ao Segundo Outorgante a designação de um membro para integrar o Júri do Concurso referido no número anterior, com oito dias de antecedência em relação à data designada para reunião do Júri.
  2. O Segundo Outorgante integrará o Júri do Concurso Em Odivelas, Segurança... Total!, designando, para o efeito, um técnico.
- e) Colocar, de forma visível, nos materiais de divulgação do Projeto SerSeguro e do Concurso Em Odivelas, Segurança... Total!, o logotipo do Segundo Outorgante, previamente aprovado por este;

Cláusula Terceira  
(Das responsabilidades do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante responsabiliza-se por:

- a) Coadjuvar o Primeiro Outorgante na operacionalização das sessões de formação denominadas “RodOdivelas Vai à Escola”, assegurando os recursos necessários ao nível técnico, logístico e de transporte para o efeito;



b) Disponibilizar o transporte necessário para a deslocação dos alunos inscritos no Projeto SerSeguro à Cerimónia de Entrega dos Prémios do Concurso Em Odivelas, Segurança... Total;

c) Assegurar a atribuição do prémio do Concurso Em Odivelas, Segurança... Total, que se traduzirá na decoração exterior de um autocarro com o trabalho vencedor.

**Cláusula Quarta**  
(Da Vigência)

1. Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, após publicação no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, pelo período de um ano letivo, sendo passível de renovação por iguais e sucessivos períodos;

2. O presente Protocolo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes, com antecedência mínima de sessenta dias, em relação ao seu termo ou a qualquer uma das suas posteriores renovações, através de carta registada.

**Cláusula Quinta**  
(Disposições Finais)

O presente Protocolo constitui um instrumento de coordenação de esforços, no respeito pela autonomia e características próprias dos respetivos intervenientes, pelo que a adequação ou alteração do estipulado será sempre apreciada e decidida por acordo entre os Outorgantes.

O presente Protocolo foi feito em dois exemplares, que são assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Pelo Primeiro Outorgante      Pelo Segundo Outorgante

\_\_\_\_\_  
(Hugo Manuel dos Santos  
Martins)

\_\_\_\_\_  
(António Manuel Lupi de  
Corrêa Sampaio)”

**(Aprovado por unanimidade)**

**PROTOCOLO**

**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS A  
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL E A  
ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE LISBOA**

Celebração de um Protocolo entre o Município de Odivelas e a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e a Associação de Futebol de Lisboa (AFL), no sentido de o Município de Odivelas seja reconhecido como entidade organizadora de provas e/ou atividades desportivas de recreação e lazer no âmbito do Futebol, Futsal e Futebol de Praia, de acordo com o proposto na informação n.º interno/2017/4093, de 2017.04.11.

**“PROTOCOLO**  
(minuta)

Entre:

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL, abreviadamente designada por FPF, pessoa coletiva número 500 110 387, com sede na Cidade do Futebol, Avenida da Seleções em Oeiras, neste ato representada pelo seu Presidente, Dr. Fernando Soares Gomes da Silva, e pelo Diretor Pedro Miguel Pereira Dias, doravante designada FPF;

ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE LISBOA, pessoa coletiva número 500 032 297, com sede em Rua Nova da Trindade, 2 – 2º, Lisboa, aqui representada pelo seu Presidente, Dr. Nuno Carcomo Lobo, e doravante designada AFL;

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva número 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho - Rua Guilherme Gomes Fernandes - Quinta da Memória, 2675 Odivelas, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, doravante designado como MO.

Considerando que:

Foi publicado o Decreto-Lei n.º 45/2015, de 9 de abril e tem havido contactos com as entidades responsáveis do futebol, nomeadamente a FPF e a AFL, com o objetivo de explicar e esclarecer este novo enquadramento legal para a organização de atividades recreativas e de Lazer no âmbito do desporto, promovidas por entidades públicas e privadas em modalidades desportivas que têm federações desportivas com UPD, nomeadamente:

1. A possibilidade das entidades promotoras organizarem as provas e atividades desportivas nos moldes pretendidos (requerimento da homologação das mesmas à FPF), seja organização exclusiva ou em parceria com outras entidades.



2. Todas as provas e atividades desportivas têm que obter a necessária homologação da FPF.

3. Para obtenção da referida homologação, as entidades têm de comprovar, entre outros aspetos previstos no regulamento de homologação de provas da FPF, que todos os participantes são portadores de seguro desportivo obrigatório por Lei e são portadores de exames médico-desportivos.

4. O controlo dos pressupostos mencionados em 3 é realizado pelas entidades promotoras das provas, sendo remetido à FPF evidências das mesmas para efeito do pedido de homologação.

5. As entidades promotoras dos eventos comprometem-se a não aceitar inscrições de entidades/participantes que não cumpram com as obrigações definidas pela FPF em sede de regulamento de homologação das provas.

6. A FPF e a AFL comprometem-se a colaborar com o MO, sempre que as partes estejam de acordo, a realizar ações de formação para agentes desportivos participantes nas provas a realizar de futebol, Futsal e Futebol de Praia, a custos controlados.

7. A FPF compromete-se a não obrigar à nomeação de árbitros oficiais da FPF ou Associações Distrais e Regionais de Futebol.

8. A FPF compromete-se a integrar os praticantes de Recreação e Lazer enquadrados no âmbito do DL 45/2015, na família do futebol (registo, emissão de cartão).

Neste contexto, e em face do exposto, é celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo que se regue nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira

A FPF reconhece a possibilidade da entidade promotora (MO), organizar provas e atividades desportivas no âmbito da Recreação e Lazer, em exclusivo ou em parceria com outras entidades, devendo, para tanto, dirigir à FPF requerimento para a homologação das mesmas.

#### Cláusula Segunda

A entidade promotora (MO), assume requerer à FPF a homologação das provas e atividades desportivas que pretende organizar, comprometendo-se:

a) A obter em todas as provas a necessária homologação da FPF;

b) A comprovar, para obtenção da referida homologação, entre outros aspetos previstos no regulamento de homologação de provas da FPF, que todos os

participantes são portadores de seguro desportivo obrigatório por Lei e são portadores de exame médico-desportivo;

c) A controlar os pressupostos mencionados na alínea anterior pelos serviços das entidades promotoras das provas, sendo remetido à FPF evidências dos mesmos para efeito do pedido de homologação das provas;

d) A não aceitar inscrições de entidades/participantes que não cumpram com as obrigações definidas pela FPF em sede de regulamento de homologação das provas;

e) A facultar à FPF o registo das inscrições dos praticantes e das equipas.

#### Cláusula Terceira

A FPF e a AFL comprometem-se a colaborar com o MO, na realização de ações de formação para agentes desportivos participantes nas atividades de futebol, Futsal e Futebol Praia, a custos controlados, sempre que se justificar e que as partes estejam de acordo.

#### Cláusula Quarta

A FPF compromete-se a não obrigar à nomeação de Árbitros oficiais da FPF ou das Associações Distritais e Regionais de Futebol, bem como a isentar o pagamento da taxa referida no art.º 15 do Regulamento de Homologação de Provas.

#### Cláusula Quinta

A FPF e a AFL comprometem-se a integrar os praticantes de Recreação e Lazer enquadrados no âmbito do DL 45/2015, na família do futebol.

#### Cláusula Sexta

A FPF e AFL comprometem-se a divulgar, na sua página oficial, todas as provas e atividades desportivas de Futebol, Futsal e Futebol de Praia, que foram objeto de homologação em conformidade com o disposto no DL 45/2015 de 9 de abril.

#### Cláusula Sétima

1 – O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, sendo renovável automaticamente por um período de um ano se nenhuma das partes o denunciar.

2 – As partes podem propor, em qualquer momento, alterações ao presente protocolo, bem como, fazê-lo cessar, desde que alguma das partes não cumpra o estabelecido, mediante comunicação escrita efetuada com a antecedência mínima de 60 dias.





O presente Protocolo é assinado em Odivelas, aos xx dias do mês de xxxxxx do ano de dois mil e dezassete, sendo elaborado em três exemplares de igual valor, ficando um na posse de cada uma das partes.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

Dr. Fernando Soares Gomes da Silva

Pedro Miguel Pereira Dias

ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE LISBOA

Dr. Nuno Carcomo Lobo

MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins”

**(Aprovado por unanimidade)**

## “FÉRIAS DE VERÃO 2017”

### REALIZAÇÃO DO PROJETO “FÉRIAS DE VERÃO 2017”

Realização do projeto “Férias de Verão 2017”. Iniciativa destinada a crianças e jovens residentes no Concelho de Odivelas e/ou filhos de funcionários da Câmara Municipal de Odivelas, assim como a crianças carenciadas de instituições de caráter social. Poderão inscrever-se as crianças e os jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos de idade.

A iniciativa desenvolve-se em sete semanas, de 26 de junho a 11 de agosto. O projeto “Férias de Verão 2017” ocupará os tempos livres de 700 jovens, 100 por semana, distribuídos por 4 grupos etários (grupo I, dos 6 aos 8 anos, grupo II dos 9 aos 11 anos, grupo III dos 12 aos 14 anos, grupo IV dos 15 aos 17 anos). Os participantes pagarão uma inscrição no valor de €40,00 (quarenta euros). Os participantes possuidores do Cartão Municipal “OdiKids ou do Cartão Municipal “Jovem Cidadão” terão um desconto de €5,00 (cinco euros), no valor de inscrição. Trinta e cinco crianças carenciadas, devidamente identificadas pelo Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania, distribuídas pelas sete semanas de atividades, estarão isentas do pagamento do valor de inscrição. Cada participante apenas se poderá inscrever numa semana.

As inscrições deverão ser formalizadas, através de pré-reserva, em formulário Online próprio, em dois períodos distintos: dias 9 e 10 de Maio (para filhos de funcionários da Câmara Municipal de Odivelas) e dias 23, 24 e 25 de maio (para crianças e jovens residentes no Concelho, de acordo com o proposto na Informação n.º interno/2017/4103, de 11-04-2017

**(Aprovado por unanimidade)**

## PROCESSOS PARTICULARES

### DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DOS BORRAGEIROS E RESPECTIVOS TERMOS DE REFERÊNCIA

Delimitação da Unidade de Execução dos Borrageiros e respetivos Termos de Referência. Na sequência da aprovação pela Câmara Municipal de Odivelas na sua 23.ª reunião ordinária realizada no dia 30 de novembro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 24 de 2016*, página 9), e em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 148.º do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), decorreu entre 10 de janeiro e 17 de março de 2017, o período de discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução dos Borrageiros e dos respetivos Termos de Referência, conforme publicação em Diário da República N.º 1, 2.ª Série, Aviso n.º 40/2017 de 2 de janeiro. Em sede de discussão pública, foi registada a participação pública, a mesma foi ponderada nos termos do Relatório de Ponderação. Na sequência da ponderação, não foram introduzidas alterações à proposta de delimitação da Unidade de execução dos Borrageiros, pelo que se mantêm os pressupostos que integram a proposta apresentada à Câmara Municipal e aprovada na sua 23.ª reunião ordinária de 2016, de acordo com o proposto na informação n.º 012/DPUPE/FL/2017, de 2017.03.28.

“(…)1. Introdução

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) dos Borrageiros, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A UE integra Áreas de Manutenção Condicionada compreendidas no Plano Diretor Municipal de Odivelas, aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015, correspondendo às Áreas Urbanas de Gênese Ilegal (AUGI) do Bairro do Borrageiro - Rua Boa Esperança, Bairro do Borrageiro - Rua Boa Vontade e do Bairro da Encosta da Eira.



## 2. Localização e características da Área de Intervenção

A área de Intervenção da UE dos Borrageiros situa-se na União de Freguesias de Ramada e Caneças, tem área de 6,5 ha e apresenta as seguintes confrontações:

A norte – Bairro de S. Jorge;  
A nascente – Encosta Sul da Serra da Amoreira;  
A sul – Rotunda do Aires, junto à EN 250;  
A poente – Ponte da Bica, junto à EN 250.

O território da UE situa-se numa zona declivosa com elevada suscetibilidade geológica e com risco de erosão, cuja ocupação urbana ao longo do tempo veio densificar a área, sem ter em conta estes fatores e o respetivo risco associado.

## 3. Antecedentes

A Área de Intervenção da UE abrange uma área desqualificada, na sua maioria constituída por edifícios de uso residencial de génese ilegal, constituindo uma situação de degradação urbanística, que esteve na origem da delimitação de AUGI.

Esta Unidade engloba as áreas correspondentes às Zonas A, B e C, relativas às propriedades cuja titularidade é das Comissões de Administração Conjunta (CAC) das AUGI, compreende também a parcela D, que diz respeito a uma área de terreno pertencente ao Património Municipal (PIM), a Zona E, que abrange os lotes 1C, 37c e 38C do Alvará 54/70 e compreende a Zona F, composta por um conjunto de 5 áreas de domínio público ocupadas por rede viária. (...)

## 4. Objetivos da Unidade de Execução

O território desta UE apresenta necessidade de reconversão, na medida em que está ocupado quase na sua totalidade por edificado, destacando-se a premência de intervenção ao nível da mitigação dos riscos existentes e dotando a área de melhores condições no que respeita à segurança de pessoas e bens, à habitabilidade e vivência urbana, bem como a sua articulação com o restante território adjacente.

A UE detém os seguintes objetivos programáticos, que visam:

- Incrementar a resiliência do território;
- Assegurar a gestão urbanística da área;
- Assegurar o processo de reconversão das AUGI;
- Minimizar os efeitos negativos dos fatores de exposição ao risco de instabilidade geotécnica;
- Garantir as condições de acessibilidade e segurança de pessoas e bens;
- Melhorar as componentes da mobilidade e acessibilidade em termos de infraestruturas, redes e serviços de emergência, adequando o sistema de acessibilidades em

função da ocupação urbana, incidindo no redimensionamento das vias de circulação rodoviária e pedonal, criando também espaços destinados a estacionamento, dotando esta área de condições mínimas legais de acessibilidade e potenciar a utilização dos modos suaves de locomoção;

- Fomentar a qualificação ambiental e funcional do espaço da UE e a sua relação com os espaços naturalizados;
- Melhorar a imagem urbana desta área, garantir a articulação com as áreas adjacentes e a sua integração no restante território;

Em síntese, a área objeto da UE será desenvolvida tomando como base as opções estratégicas da intervenção, as potencialidades de reconversão urbanística e os objetivos programáticos expressos nestes Termos de Referência.

(...)

## 6. Critérios de Delimitação da Unidade de Execução

A delimitação desta UE consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área, com identificação de todos os prédios abrangidos, nos termos previstos no artigo n.º 148 do RJIGT.

A UE deverá abranger uma área suficientemente vasta para constituir um perímetro com características de unidade e autonomia urbanísticas e estabelecendo uma correta articulação funcional e formal com as áreas contíguas, quer sejam espaços já consolidados ou ainda por consolidar, desde que não prejudique o ordenamento urbanístico desses espaços e não inviabilize a oportunidade do correto procedimento em sede de operação urbanística.

As Unidades de Execução visam, deste modo, assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso da área a delimitar e garantir a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos.

A UE constitui um instrumento orientador para efeitos de gestão municipal deste território, servindo de referência e apoio à apreciação, acompanhamento e programação das operações urbanísticas requeridas para toda a área.

Para efeitos de delimitação da UE foram considerados os limites das AUGI aprovados, com os respetivos ajustes decorrentes do levantamento topográfico efetuado no âmbito dos processos de reconversão propostos pelas CAC, bem como o limite de propriedade correspondente ao terreno de propriedade municipal. Foram também consideradas as áreas do domínio público adjacentes aos pontos de articulação da rede viária proposta com a rede viária existente, de modo a que as mesmas possam ser intervencionadas no sentido de criar um traçado sem descontinuidades. Considerou-se também a área de articulação da Rua da Boa Esperança com a Rua da Eira,



através da qual é feita a ligação desta com a Rua da Boa Esperança, sendo esta propriedade privada decorrente do alvará 54/70, correspondendo aos Lotes 1C, 37C e 38C.

Concorreram também para a delimitação desta Unidade as questões relativas aos riscos geotécnicos associados ao declive acentuado desta área e à sua ocupação, tendo sido também um fator preponderante a dotação deste território de condições mínimas de acessibilidade e segurança.(...)” (Unidade de Execução - Termos Referência – Borrageiros – NOVEMBRO 2016)

**(Aprovado por unanimidade)**

#### **UNIDADE DE EXECUÇÃO DOS BORRAGEIROS RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

Relatório de ponderação da discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução (EU) dos Borrageiros. O período de discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução dos Borrageiros e dos respectivos Termos de Referência, decorreu entre 10 de janeiro e 17 de março de 2017, conforme publicação em Diário da República N.º 1, 2.ª Série, Aviso n.º 40/2017 de 2 de janeiro. Procedeu-se à sua divulgação através da Comunicação social e da página Web da Câmara Municipal. Estiveram em consulta pública os seguintes documentos: Aviso n.º 40/2017 de 2 de janeiro, Termos de referência da Unidade de Execução dos Borrageiros, Planta 01-Planta Cadastro e Usos do solo, Planta 02-Planta Síntese, foi também disponibilizado o estudo territorial (composto por peças escritas e desenhadas).

Em sede de discussão pública, foi registada a participação pública, a mesma foi ponderada nos termos do Relatório de Ponderação. Na sequência da ponderação, não foram introduzidas alterações à proposta de delimitação da Unidade de execução dos Borrageiros, pelo que se mantém os pressupostos que integram a proposta apresentada à Câmara Municipal e aprovada na sua 23.ª reunião ordinária de 2016, de acordo com o proposto na informação n.º 012/DPUPE/FL/2017, de 2017.03.28

“(…) 4. Conclusão

Em face da ponderação feita sobre os pedidos de correção da delimitação da UE apresentados em sede de Discussão Pública, não foram introduzidas alterações à proposta de delimitação da Unidade de Execução, pelo que se mantém os pressupostos que integram a proposta apresentada à Câmara Municipal na 23.ª Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2016, convertendo-se a proposta em discussão pública em Proposta Final, a submeter à aprovação do Executivo Municipal.

Conforme estabelecido no artigo 89.º do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial, a resposta

a cada participação será comunicada por escrito ao interessado. (Unidade de Execução Borrageiros [Relatório de Ponderação da Discussão Pública] março 2017)

**(Aprovado por unanimidade)**

#### **DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DA RUA DAS RIBEIRAS POENTE - RESPECTIVOS TERMOS DE REFERÊNCIA**

Delimitação da Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente e respetivos Termos de Referência. Na sequência da aprovação pela Câmara Municipal de Odivelas na sua 23.ª reunião ordinária realizada no dia 30 de novembro de 2016, (Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 24 de 2016, página 13), e em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 148.º do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), decorreu entre 10 de janeiro e 17 de março de 2017, o período de discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente e dos respetivos Termos de Referência, conforme publicação em Diário da República N.º 1, 2.ª Série, Aviso n.º 41/2017 de 2 de janeiro. Em sede de discussão pública, não foi registada a participação relativa a qualquer contributo, sugestão ou reclamação, conforme relatório de Ponderação. Dado que não foram introduzidas alterações, na sequência da discussão pública, à proposta de delimitação da unidade de execução da Rua das Ribeiras Poente, mantém-se os pressupostos que integram a proposta apresentada à Câmara Municipal de Odivelas na sua 23.ª reunião Ordinária de 2016, de acordo com a informação n.º 014/DPUPE/FL/2017, de 29-03-2017.03.29.

#### **“1. Introdução**

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) na Rua das Ribeiras Poente, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A Unidade de Execução proposta integra uma parte da área da UOPG 10 - Vila de Caneças, do Plano Diretor Municipal de Odivelas (PDMO), aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015.

#### **2. Localização e características da Área de Intervenção**

A Área de Intervenção da Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente corresponde a uma das subdivisões da UOPG 10 - Vila de Caneças.

Esta subdivisão vai ao encontro de uma gestão mais eficaz desta SubUOPG, com o objetivo de resolver parte da via T12 (inacabada), bem como desenvolvê-la segundo as





diretrizes traçadas no respetivo esquema diretor e normativas constantes no PDM.

A área de Intervenção da Unidade de Execução da Rua Ribeira Poente situa-se na zona poente e tem área aproximada de 1,55ha (Um virgula Cinquenta e Cinco hectares) e apresenta as seguintes confrontações:

- A norte – Edificado a sul da Rua da República;
- A nascente – Zona consolidada e Alvará nº 12/2002 – Cerrado da Lapa;
- A sul – IC18 (A9 - CREL);
- A poente – Zona consolidada (Bombeiros Voluntários de Caneças, o Mercado de Caneças e o Alvará de loteamento nº 102/73 – Quinta de Santo António)

Ao nível das condicionantes, o território da UE está abrangido pelo Domínio Público Hídrico, mais propriamente por linhas de água e por zonas ameaçadas pelas cheias, e também (confinante e a sul da Rua das Ribeiras) por Rede de Infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento, Saneamento, Emissores e Intercetores.

Em termos de Ecossistemas da REN, a área é abrangida por leitos dos cursos de água – Troços descobertos/cobertos, Zonas ameaçadas pelas cheias.

### 3. Antecedentes

A Área de Intervenção da Unidade de Execução abrange uma área não ocupada e confronta a poente com um território mais consolidado, concretizado pelo alvará nº 102/73 (volumetria em banda com cerca de 4 pisos + 1 cave) – Quinta Santo António e por dois equipamentos, os Bombeiros Voluntários de Caneças (com uma volumetria correspondente a 4 pisos, cerca de 12m de cércea) e o Mercado Municipal da Vila de Caneças (com volumetria de um piso cerca de 5-6 metros de cércea).

A Nascente da Unidade de Execução, a sua área está consolidada através dos Alvarás nºs 4/2002 (Quinta do Serafim) e 12/2002 (Cerrado da Lapa), respectivamente.

A SubUOPG 10.10 apresenta os seguintes objetivos programáticos que se refletem na área de da Unidade de Execução:

- Desenvolver área multifuncional;
- Valorização da Estrutura Ecológica;
- Implementação da Variante Sul;
- Minimização do impacte criado pela CREL, pela valorização ambiental do espaço envolvente;
- Ciclovias e áreas pedonais;
- Reforço da bolsa de Equipamentos e verdes de utilização coletiva incutindo-lhe uma forte vertente criativa, desportiva em articulação com a rede ciclável e pedonal;

- Adaptação da rede viária local à de Hierarquia Superior;
- Criação de bolsas de estacionamento na envolvente ao Núcleo Antigo e nas imediações das Áreas de Equipamento;
- Colmatação de malha urbana e desenvolvimento de acessibilidades.

Transversalmente à SubUOPG 10.10 existe a Via Rodoviária T12 (parcialmente implantada no Alvarás nº 12/2002 e 4/2002), cuja futura implementação terá em vista a sua articulação com a Variante a Sul de Caneças, concretizando um dos objetivos do PDM que se encontra incorporado na delimitação da UOPG 10 - Vila de Caneças.

Considerando a recente publicação do PDMO, que vem dotar o município de um instrumento de planeamento estratégico mais adaptado às atuais dinâmicas territoriais, a área em questão assume um papel catalisador, sobretudo na articulação de espaços de acessibilidade com áreas de vertente mais ecológica que propiciem novas dinâmicas territoriais na Vila de Caneças, de forma a garantir o desempenho de uma função turístico ou ecológica com relevância no contexto metropolitano.

### 4. Objetivos da Unidade de Execução

A Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente, (com 1,55 ha) integra a SubUOPG 10.10, com cerca de 13,03ha (treze virgula zero três hectares), que se enquadra na Zona C (Habitação). Esta Unidade de Execução apresenta um grande potencial no reforço do papel turístico da ZEIT, através da revitalização do tecido habitacional e comercial, procurando dar-lhe maior coesão através de uma maior valorização paisagística, da promoção de áreas de utilização coletiva destinada ao lazer, bem como da implementação de novas acessibilidades de modo sustentável para a Vila de Caneças.

Em síntese, a área objeto da Unidade de Execução será desenvolvida tomando como base as opções estratégicas da intervenção, as potencialidades de reconversão urbanística e os objetivos programáticos expressos nestes Termos de Referência.

(...)

### 6. Critérios de Delimitação da Unidade de Execução

A delimitação desta Unidade de Execução consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área, com identificação de todos os prédios abrangidos, nos termos previstos no artigo n.º 148 do RJIGT.

A Unidade de Execução deverá abranger uma área suficientemente vasta para constituir um perímetro com características da unidade e autonomia urbanísticas, integrando as áreas a afetar a espaços públicos e equipamentos previstos nos Planos de Ordenamento e



estabelecendo uma correta articulação funcional e formal com as áreas contíguas, quer sejam espaços já consolidados ou ainda por consolidar, desde que não prejudique o ordenamento urbanístico desses espaços e não inviabilize a oportunidade do correto procedimento em sede de operação urbanística.

As Unidades de Execução visam, deste modo, assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso da área a delimitar e garantir a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos.

No presente caso, a delimitação proposta para a Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente, compreende uma área do território com identidade urbana geográfica, apresentando um nível significativo de autonomia e para a qual o PDMO define um programa urbanístico específico, definido através da UOPG 10. Assim, a Unidade de Execução constitui um instrumento orientador para efeitos de gestão municipal deste território, servindo de referência e apoio à apreciação, acompanhamento e programação das operações urbanísticas para este território.

Para efeitos de delimitação da Unidade de Execução foram ainda considerados os limites do cadastro geométrico rústico de 1951, levantamento topográfico, alvarás de loteamento e medições em cartografia nos elementos cartográficos, em anexo. (...)” (

*(Unidade de Execução - Termos Referência – Rua das Ribeiras Poente, Novembro 2016)*

**(Aprovado por unanimidade)**

#### **DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DA RUA DAS RIBEIRAS POENTE RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

Relatório de ponderação da discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução (EU) da Rua das Ribeiras Poente. O período de discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente e dos respetivos Termos de Referência, decorreu entre 10 de janeiro e 17 de março de 2017, conforme publicação em Diário da República N.º 1, 2.ª Série, Aviso n.º 41/2017 de 2 de janeiro. Procedeu-se à sua divulgação através da comunicação social e da página Web da Câmara Municipal de Odivelas. Estiveram em consulta pública os seguintes documentos: Aviso n.º 41/2017 de 2 de janeiro, Termos de referência da Unidade de execução da Rua das Ribeiras Poente, Planta 01-Planta Cadastral, Planta 02-Planta Síntese e anexos-peças desenhadas.

Em sede de Discussão Pública não foi registada participação relativa a qualquer contributo, sugestão ou reclamação, conforme Relatório de Ponderação, pelo que

não tendo sido introduzidas alterações, mantém-se os pressupostos que integram a Proposta apresentada à Câmara Municipal de Odivelas na 23.ª reunião ordinária de 2016, de acordo com a informação n.º 014/DPUPE/FL/2017, de 2017.03.29.

“(…)

4. Conclusão

Verifica-se que durante o período de discussão pública não foi solicitado nenhum tipo de esclarecimento relativo à proposta de delimitação da Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente, nem apresentado, por nenhuma das vias anteriormente referidas, qualquer tipo de contributo (Sugestão/observação, reclamação, pedido de esclarecimento, outro).

Neste sentido e perante a ausência de participação registada neste processo, não se justifica proceder a qualquer tipo de alteração ou ajuste à presente proposta.

Mantém-se, por conseguinte, os pressupostos que integram a proposta apresentada à Câmara Municipal na 23.ª Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2016, convertendo-se a proposta em discussão pública em Proposta Final, a submeter à aprovação do Executivo Municipal.” (Unidade de Execução Rua das Ribeiras Poente [Relatório de Ponderação da Discussão Pública] março 2017)

**(Aprovado por unanimidade)**

#### **ESQUEMA DIRETOR DA UOPG-13**

##### **ZONA DA RIBEIRA DA PAIÃ UNIÃO DE FREGUESIAS DA PONTINHA E FAMÕES**

Esquema Diretor da UOPG-13-Zona da Ribeira da Paiã, delimitada no Plano Diretor Municipal de Odivelas, ocupa a envolvente da ribeira da Paiã, que lhe dá nome, localizada a Oeste do concelho, na União de Freguesias da Pontinha e Famões, ocupando uma área aproximada de 71 ha. Estrutura-se ao redor do vale da ribeira da Paiã que a jusante apresenta uma ligação ao Pinhal da Paiã e à Quinta da Paiã (integrada na UOPG 01), ambas integradas na Estrutura Ecológica Municipal, de acordo com o proposto na informação n.º 016/DPUPE/FL/2017, de 2017.04.07

**Este assunto carece de deliberação da Assembleia Municipal**

**(Aprovado por maioria)**



## **DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO CASAL DA FONTE E RESPECTIVOS TERMOS DE REFERÊNCIA**

Delimitação da Unidade de Execução do Casal da Fonte e Respetivos Termos de Referência. A delimitação da Unidade de Execução consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área a sujeitar a intervenção urbanística, com identificação de todos os prédios abrangidos, assegurando um desenvolvimento urbano harmonioso, a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários envolvidos e contempla as áreas a afetar a espaços públicos e equipamentos previstos no Plano em vigor, em observância do artigo n.º 148 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio.

A delimitação da Unidade de Execução do Casal da Fonte decorre dos objetivos definidos no Plano Diretor Municipal de Odivelas, nomeadamente, para a UOPG-13-Zona da Ribeira da Paiã, artigo n.º 66º, preconizando concretizar uma solução integradora que permita qualificar esta parte do território do concelho, cujo desenho urbano irá materializar-se em ordem a objetivos gerais, de acordo com o proposto na informação n.º 016/DPUPE/FL/2017, de 2017.04.07, nomeadamente:

“(…)

- Assegurar a implementação de uma zona multifuncional articulando com espaços verdes relevantes;
- Apostar numa estrutura verde e paisagem de excelência com funções panorâmicas e de recreio e lazer ativos, aproveitando o potencial da riqueza de estrutura ecológica no local;
- Promover oferta de habitação com vista a dinamizar a vivência do novo espaço urbano;
- Preservar e valorizar o património natural e cultural, designadamente os principais espaços naturais (vales e cursos de água) de estrutura ecológica e em particular o núcleo da quinta do Casal do Segulim;
- Implementar o percurso pedestre (Rota do Pão) associado ao património cultural arquitetónico definido na Planta de Ordenamento – Património Cultural Arquitetónico.

No estudo desenvolvido e respetivo esquema diretor da UOPG-13-Zona da Ribeira da Paiã, os objetivos programáticos observados, delinearão os pressupostos a considerar nas SUB-UOPG's, consignados no Esquema Diretor:

- Assegurar a oportunidade e procedimentos para a avaliação das necessidades de interesse público e a definição da estratégia de desenvolvimento urbano para a área integrada na UOPG;
- Dar cumprimento às orientações estratégicas de política urbanística e às intervenções estruturantes aplicáveis, previstas no Programa de Execução e Financiamento;
- Assegurar que o planeamento de pormenor possa acontecer, a cada momento, de modo ajustado às

oportunidades e interesses de todos os agentes presentes e ativos mas de forma adequada à estratégia de desenvolvimento local definida;

- Garantir a qualificação ambiental e funcional do espaço urbanizado e sua relação com os espaços naturalizados e de função ecológica, com especial relevância para os componentes de serviço público (infraestruturas, equipamentos e espaços públicos).

No âmbito da análise e dos estudos efetuados para a área da UOPG-13-Zona da Ribeira da Paiã, verificou-se a necessidade de adequar pontualmente o seu limite, nomeadamente a nordeste e a oeste pelo que se propõe a alteração dos limites, respetivamente:

- Nordeste – ao longo do talvegue que passa junto ao moinho da Laureana;
- Oeste – junto à entrada do Bairro Alto de Famões, pela Rua Marechal Gomes da Costa.

Após redelimitação da UOPG, sendo o valor da área retirada inferior a 2% da área inicial, 71ha, a UOPG apresenta agora área aproximada de 70ha.(…)” (*Informação n.º 016/DPUPE/FL/2017* de 2017.04.07)

“(…)

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (U.E.) na zona da AUGI do Casal da Fonte na união das freguesias de Pontinha e Famões, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A Unidade de Execução proposta está integrada na área da UOPG-13 – Zona da Ribeira da Paiã, do Plano Diretor Municipal de Odivelas, aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015.

### **2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO**

A área de intervenção da Unidade de Execução Casal da Fonte (adiante designada por UE 13.03 – Casal da Fonte) corresponde à parte norte da subUOPG 13,03 da UOPG 13 – Zona da Ribeira da Paiã, conforme esquema diretor desenvolvido.

Esta Área de Intervenção situa-se a nascente do Bairro do Casal do Rato e a norte do Bairro do Porto da Paiã, abrangendo uma área de aproximadamente 11ha (onze hectares), dos 14,09ha totais da subUOPG, e apresenta as seguintes confrontações:

- A norte e nascente – margem direita da ribeira da Paiã;



- A sul – rua Pêro da Covilhã;
- A poente – rua dos Lírios, na confrontação com o Bairro Casal do Rato.

Esta área é caracterizada por um relevo com exposição predominante a sul, onde o declive varia entre a cota 114 a norte e a cota 60 a sudeste. As cotas mais baixas correspondem à margem da ribeira da Paiã e o declive está distribuído de modo desigual no território, dado que é de um modo geral suave, acentuando-se abruptamente nas vertentes adjacentes à linha de água.

A nível de condicionantes, em relação às Servidões Administrativas e de Utilidade Pública ocorrem:

A Norte e a Nascente

Domínio Público Hídrico / Linha de Água

Longitudinalmente com orientação norte-sul

Rede de Transporte e Distribuição de Energia – Eletricidade / Linhas da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade – RNT (aéreas)

Em toda a área da unidade

Servidão Aeronáutica

Faixa na cota 245 (abrange o quadrante SE da UOPG)

Zonamento – zonas 7 e 8

Existe ainda uma área afeta à Reserva Agrícola Nacional (RAN) com cerca de 1ha.

Contém espaços integrados nos ecossistemas ‘Zonas Declivosas – Áreas com risco de erosão’ e ‘Zonas Declivosas – Escarpas e outras áreas de elevada suscetibilidade geológica’ da Reserva Ecológica Nacional (REN) sendo apresentadas exclusões (n.os E8 e E9) para as áreas urbanas a desenvolver.

### 3. ANTECEDENTES E OCUPAÇÃO

A área da UE encontra-se parcialmente ocupada, em duas zonas: a norte existem algumas habitações, e no extremo sudeste da UE um núcleo de atividades económicas.

A área habitacional localizada a norte da UE foi integrada na delimitação da AUGI do Bairro Casal da Fonte, classificada ao abrigo da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, por deliberação da 10ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada 06/03/1996.

### 4. OBJETIVOS DA UNIDADE DE EXECUÇÃO

Programa da UE13.03 - Casal da Fonte propõe a execução de operações urbanísticas, com objetivos programáticos específicos, como matriz de suporte ao desenho urbano proposto, a saber:

- Promover a valorização paisagística da importante unidade de paisagem local constituída pela ribeira da Paiã

e áreas naturalizadas limítrofes, através da valorização dos espaços verdes de enquadramento, tanto privados como públicos;

- Potenciar o desenvolvimento urbano desta área assegurando a transição de uma zona predominantemente urbana com outra de características rurais, a ribeira da Paiã;
- Melhorar as infraestruturas de mobilidade através da requalificação da rua Pêro da Covilhã, como via distribuidora secundária da rede local, potenciando a aptidão para a circulação pedonal e de transportes públicos.

A Unidade de Execução permite o desenvolvimento e consolidação da malha urbana e ainda a criação de áreas verdes de estadia e lazer de proximidade na margem da ribeira da Paiã.

O desenvolvimento deste espaço verde possibilita a criação de itinerários que estabelecem ligações entre as margens da ribeira ou ao longo de percursos que acompanham a linha de água.

(...)

### 6. CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO

A delimitação desta Unidade de Execução consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área, com identificação de todos os prédios abrangidos, nos termos previstos no artigo n.º 148 do RJIGT.

A UE deverá abranger uma área suficientemente vasta para constituir um perímetro com características da unidade e autonomia urbanísticas, integrando as áreas a afetar a espaços públicos e equipamentos previstos nos Planos de Ordenamento e estabelecendo uma correta articulação funcional e formal com as áreas contíguas, quer sejam espaços já consolidados ou ainda por consolidar, desde que não prejudique o ordenamento urbanístico desses espaços e não inviabilize a oportunidade do correto procedimento em sede de operação urbanística.

As Unidades de Execução visam deste modo, assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso da área a delimitar e garantir a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos.

No presente caso, a delimitação proposta para a Unidade de Execução do Casal da Fonte corresponde à metade norte do polígono da sub-UOPG 13.03, que compreende uma área do território com identidade urbana geográfica e fronteiras físicas muito expressivas, a rua Pêro da Covilhã e a ribeira da Paiã, apresentando um nível significativo de autonomia e para a qual o PDMO, define um programa urbanístico específico.



Assim, a UE constitui um instrumento orientador para efeitos de gestão municipal deste território, servindo de referência e apoio à programação das operações urbanísticas desta unidade, nomeadamente a reconversão da AUGI do Bairro Casal da Fonte, ao abrigo da Lei 91/95, de 2 de setembro na sua atual redação.

Para delimitação da UE foi tida em consideração as operações urbanísticas de modo a assegurar os direitos de edificabilidade, o desenvolvimento de uma estrutura verde e a execução de infraestruturas de acessibilidade. (...) (*Unidade de Execução - Termos de Referência - Casal da Fonte - março 2017*)

**(Aprovado por maioria)**

**UNIDADE DE EXECUÇÃO DO CASAL DA FONTE  
INÍCIO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA**

Abertura do período de Discussão Pública da Unidade de execução do Casal da Fonte, por um prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do n.º 2 do artigo n.º 147 e do n.º 4 do artigo 148 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de acordo com o proposto na informação n.º 016/DPUPE/FL./2017, de 2017.04.07.

**(Aprovado por maioria)**

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2000  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS  
BAIRRO GRANJAS NOVAS, LOTE 31  
PROCESSO N.º 14102/LO/GI**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000, do Bairro Granjas Novas, para o lote 31, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de Manuel Joaquim Batista Guerra. A alteração tem como objetivo o aumento do índice de utilização e consequente, da área de construção prevista para o lote, nas condições constantes na informação técnica n.º 17/MS/DGOU/DRRU/17, de 2017.03.27, e de acordo com o proposto na informação n.º 14102/LO/GI, constante a folhas 3927 do processo, de 2017.04.10.

**(Aprovado por unanimidade)**

**EXECUÇÃO COERCIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM FALTA  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2001/DRLA DE 07/09  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS  
PROCESSO N.º 33688/LO**

No âmbito do Alvará de Loteamento n.º 7/2001, que titulou as obras de urbanização em falta no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, de acordo com o proposto na informação n.º

33688/LO/GI de 2017.04.06, constante a folhas 8135 do processo, é proposto o seguinte:

- A execução coerciva das obras de urbanização identificadas na informação técnica n.º 13/SM/DRRU/DGOU/15, constante de folhas 6716 a 6727 do processo, ao abrigo do disposto pelo n.º 1 do artigo 50º da Lei n.º 91/95, com as alterações em vigor;
- Desencadear os procedimentos necessários à execução coerciva das obras, nos termos previstos nos artigos n.º 107º e 108º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), acionando a caução prestada, ao abrigo do disposto pelo n.º 3 do art.º 27º da Lei n.º 91/95, conjugado com o artigo 54º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) com as respetivas alterações em vigor.

**(Aprovado por maioria)**





## UNIDADES ORGÂNICAS

## DESPACHOS

## PRESIDÊNCIA

### DESPACHO N.º 14/PRES/2017

Assunto: Despacho de designação em comissão de serviço no cargo de direção Intermédia de 1.º grau - Diretor do Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente, da Técnica Superior, Regina Sofia de Brito e Silva dos Anjos Lopes Meneses.

Os cargos de direção intermédia de 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicada à Administração Local através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as necessárias adaptações, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau de Diretor do Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente;

Ponderados os resultados do procedimento concursal, o júri considerou que a candidata, Regina Sofia de Brito e Silva dos Anjos Lopes Meneses, reúne todas as condições para o exercício do cargo, recaindo sobre ela a sua escolha, nos termos e com os fundamentos constantes da proposta de designação que faz parte integrante do presente despacho;

Neste sentido, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011 de 22 de dezembro, aplicada à Administração Local através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as necessárias adaptações, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, no cargo de direção intermédia de 1.º grau de **Diretor do Departamento de**

**Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente**, a Técnica Superior do mapa de pessoal desta Câmara Municipal, **Regina Sofia de Brito e Silva dos Anjos Lopes Meneses**, cuja nota curricular se anexa.

A presente designação produz efeitos à data do presente despacho.

Odivelas, 07 de abril de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

### DESPACHO N.º 15/PRES/2017

Assunto: Despacho de designação, em comissão de serviço no cargo de direção intermédia de 2.º grau - Coordenador do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa, nível equiparado a Chefe da Divisão, da técnica superior, Angelina Maria Pereira

Os cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicada à Administração Local através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as necessárias adaptações, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de direção Intermédia de 2.º grau de Coordenador do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa, nível equiparado a Chefe da Divisão;

Ponderados os resultados do procedimento concursal, o júri considerou que a candidata, Angelina Maria Pereira, reúne todas as condições para o exercício do cargo, recaindo sobre ela a sua escolha, nos termos e com os fundamentos constantes da proposta de designação que faz parte integrante do presente despacho;

Neste sentido, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicada à Administração Local através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as necessárias adaptações designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, no cargo de direção intermédia de 2.º grau de **Coordenador do Gabinete de**



**Comunicação e Modernização Administrativa, nível equiparado a Chefe da Divisão**, a técnica superior do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, **Angelina Maria Pereira**, cuja nota curricular se anexa.

A presente designação produz efeitos à data do presente despacho.

Odivelas, 07 de abril de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

**DESPACHO N.º 16/PRES/2017**

Assunto: Despacho de designação, em comissão de serviço, no cargo de direção intermédia de 2.º grau - Coordenador do Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento, nível equiparado a Chefe da Divisão, do Especialista de informática, Grau 1, Nível 3, Hugo Alexandre Moreira Lopes Diogo Caroço

Os cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicada à Administração Local através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as necessárias adaptações, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Coordenador do Gabinete de Tecnologia, informação e Conhecimento, nível equiparado a Chefe da Divisão;

Ponderados os resultados do procedimento concursal, o júri considerou que o candidato, Hugo Alexandre Moreira Lopes Diogo Caroço, reúne todas as condições para o exercício do cargo, recaindo sobre ele a sua escolha, nos termos e com os fundamentos constantes da proposta de designação que faz parte integrante do presente despacho;

Neste sentido, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicada à Administração Local através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as necessárias adaptações, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, no cargo de direção intermédia de 2.º grau de **Coordenador do Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento, nível**

**equiparado a Chefe de Divisão**, o Especialista de Informática, Grau 1, Nível 3, do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, **Hugo Alexandre Moreira Lopes Diogo Caroço**, cuja nota curricular se anexa.

A presente designação produz efeitos à data do presente despacho.

Odivelas, 07 de abril de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

**DESPACHO N.º 17/PRES/2017**

Assunto: Despacho de designação em comissão de serviço, no cargo de direção intermédia de 2.º grau - Chefe da Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos, da Técnica Superior, Lúcia Raquel Prior dos Santos.

Os cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicada à Administração Local através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as necessárias adaptações, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categoria para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de **Chefe da Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos**;

Ponderados os resultados do procedimento concursal, o júri considerou que a candidata, **Lúcia Raquel Prior dos Santos**, reúne todas as condições para o exercício do cargo, recaindo sobre ela a sua escolha, nos termos e com os fundamentos constantes da proposta de designação que faz parte integrante do presente despacho;

Neste sentido, nas termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicada à Administração Local através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as necessárias adaptações, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, no cargo de direção intermédia de 2.º grau de **Chefe da Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos**, a técnica superior do



mapa de pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, **Lúcia Raquel Prior dos Santos**, cuja nota curricular se anexa.

A presente designação produz efeitos à data do presente despacho.

Odivelas, 07 de abril de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

#### **DESPACHO N.º 18/PRES/2017**

Assunto: Tolerância de ponto  
Visita do Papa Francisco a Portugal

Considerando a visita do Papa Francisco a Portugal, que ocorrerá nos próximos dias 12 e 13 de maio, para a participação nas cerimónias do Centenário das Aparições de Fátima, o Município de Odivelas, não pode ficar indiferente a um evento tão marcante, não apenas pela importância do acontecimento para a comunidade católica, mas igualmente pelo que esse acontecimento representa para o nosso país.

Sendo o Município de Odivelas um ponto de encontro inter-religioso, onde diferentes crenças coexistem em tolerância e em respeito mútuo, pretende-se viabilizar a presença dos trabalhadores interessados em participar nas referidas cerimónias, dispensando-os do cumprimento das suas atividades profissionais no próximo dia 12 de maio para que assim possam participar, se o desejarem, nas cerimónias religiosas que terão lugar em Fátima.

Assim sendo, determino, nos termos da competência que me é atribuída pela alínea a), do n.º 2 do artigo 35, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que, no próximo dia 12 de maio, seja concedida tolerância de ponto aos trabalhadores municipais.

Ficam excecionados do presente despacho, os trabalhadores da Loja do Cidadão que, pela especificidade desse espaço, usufruirão de tolerância de ponto, nos termos a acordar entre os trabalhadores e a coordenação da Loja.

Ficam, igualmente, excecionados do disposto no presente Despacho, os serviços que, atento ao caráter imprescindível do seu funcionamento, não possam dispensar os seus trabalhadores, caso em que os mesmos usufruirão da referida dispensa em momento posterior, a acordar com o respetivo superior hierárquico.

Solicito, todavia, a todos os serviços que prestam atendimento ao público que procedam à divulgação deste despacho, afixando-o nas respetivas portas dos serviços municipais, para que o mesmo seja do conhecimento antecipado dos Municípios.

Odivelas, 2 de maio de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

#### **OUTROS DESPACHOS**

#### **DESPACHO N.º 02/DGOU/2017**

Assunto: Subdelegação de competências do Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, Arq.º António Henrique Moreira de Sousa, na Chefe da Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, Arq.ª Ana Paula Figueiredo Viegas Murgeiro

Nos termos do artigo 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e demais legislação habilitante, e ao abrigo do Despacho de Subdelegação de Competências n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, subdelego, na Chefe da Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, **Arq.ª Ana Paula Figueiredo Viegas Murgeiro**, nos dias 24 e 26 de abril de 2017, as competências que me foram subdelegadas e que constam do supra citado Despacho, que serão exercidas no âmbito do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, durante o meu período de férias.

As competências subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, bem como poderão ser revogados quaisquer actos praticados pelo subdelegado nos termos legalmente previstos.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer competência subdelegada relativa a determinado processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer actos ou iniciativas susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 21 de abril de 2017

O Diretor do Departamento de Gestão e  
Ordenamento Urbanístico

No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador  
Paulo César Prata Teixeira, através do Despacho n.º 15/VPCT/2015

António de Sousa, Arq.º





## EDITAIS

### **EDITAL N.º 033/PRES/2017**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**  
**Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 5/89**  
**Bairro Casal da Silveira – União das Freguesias de**  
**Pontinha e Famões**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89 do Bairro Casal da Silveira para os lotes 141, 141-A e 622, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre as alterações pretendidas, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 28234/OM encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 27 de março de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

### **EDITAL N.º 038/PRES/2017**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**  
**Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 1/2005**  
**Bairro Casal Novo – União das Freguesias de**  
**Pontinha e Famões e Ramada e Caniços**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2005 do Bairro Casal Novo para os lotes 2, 3, 17, 54, 55, 56, 56A, 118, 118A, 118B, 118C, 119, 120, 121, 223, 258, 259, 289, 290, 309, 310, 317, 384, 390, 400, 416, 418, 418A, 419, 423, 425, 450A, 460, 467, 526, 531, 553, 561, 591, 593, 596L, 601, 607, 650, 670, 682, 751, 808, 809, 813, 826, 984, 985, 1029, 1064, 1066, 1077, 1083, 1098, 1112, 1198 e 1237, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas

localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 822/LO/GI encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 11 de abril de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



## AVISOS

### AVISO

Alvará de Loteamento n.º 8/89 – B.º Novo do Trigache - Pontinha/Famões

#### 4.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 30 de novembro de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 8/89, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de António Fernandes Guerra e Outros.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

#### 1. Parâmetros urbanísticos alterados

##### 1.1. Parâmetros Urbanísticos dos Lotes:

	ALVARÁ 8/89			ALTERAÇÃO ALVARÁ 8/89		
Lote	55	58	75	55	58	75
Área de lote (m²)	300,00	296,10	346,00	<b>345,75</b>	296,10	<b>373,50</b>
Área r/chão (m²)	105,00	100,00	115,00	105,00	<b>140,00</b>	<b>131,00</b>
Área habitação (m²)	225,00	200,00	230,00	225,00	<b>240,00</b>	<b>262,00</b>
Área anexa (m²)	15,00	40,00	40,00	<b>24,00</b>	<b>0,00</b>	40,00
Área implantação (m²)	120,00	140,00	155,00	<b>129,00</b>	140,00	<b>171,00</b>
Área construção (m²)	225,00	200,00	230,00	225,00	<b>240,00</b>	<b>262,00</b>

Os valores alterados foram representados a negrito.

##### 1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos Totais do Bairro:

	Alvará n.º 8/89	Alteração ao Alvará n.º 8/89
Área total de lotes	29 429,72 m²	<b>29 502,97 m²</b>
Área total de implantação	14 576,00 m²	<b>14 601,00 m²</b>
Área total de construção	23 872,00 m²	<b>23 944,00 m²</b>
Índice de construção	0.62	0.62
Área total de habitação	20 195,00 m²	<b>20 267,00 m²</b>
Área de anexos	1 863,00 m²	<b>1 832,00 m²</b>
Área de cedência para arruamentos	8 434,98 m²	<b>8 361,73 m²</b>

Os valores alterados foram representados a negrito.

#### 2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública. Deverá ser garantido estacionamento privado de acordo com o previsto no artigo 101.º do RMEU, devendo no âmbito da legalização ser cumprido o regulamento do loteamento.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 3 de abril de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



## DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

### GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO

**Listagem dos despachos efetuados pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, em processos de operações urbanísticas, durante o mês de março de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/4477, de 2017.04.21:**

Processo n.º 5357/ANT  
Nome: Albertina Ribeiro da Costa Moreira da Costa  
Assunto: Indeferimento do pedido de certificação das condições para a constituição de propriedade horizontal  
Local: Av. D. Dinis, n.º 8 – Odivelas  
Data de despacho: 06.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Indeferido o pedido

Processo n.º 13863/D  
Nome: PT Comunicações  
Assunto: Homologação do auto de vistoria e cancelamento de caução  
Local: Rua Gil Vicente – Odivelas  
Data de despacho: 09.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Homologo o auto de vistoria e cancele-se a caução

Processo n.º 30106/OCF  
Nome: Carlos Alberto de Sousa Cavaleiro  
Assunto: Determinação de Vistoria nos termos do art.º 90º do DL n.º 555/99 de 16 dezembro, na sua atual redação  
Local: Rua Gil Vicente n.º 20 – Pombais – Odivelas  
Data de despacho: 23.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Determino a realização de vistoria

**Listagem dos despachos efetuados pelo Vereador da Câmara Municipal de Odivelas, Paulo César Teixeira, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 105/PRES/2015, de 27 de outubro, durante o mês de março de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/4481, de 2017.04.21:**

Processo n.º 2/2017/OP  
Nome: Ambimobiliária, SA  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Quinta do Lamas – Pontinha  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 265/2016/OP/GI  
Nome: Ricardo Jorge Brás Ribeiro  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Praceta Marcos Portugal – Lote 189 – Famões

Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 485/2016/OP  
Nome: Betourbe, Lda.  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Quinta do Barruncho – Granja da Paradela, lote L19 – Póvoa de Santo Adrião  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 407/2016/IP  
Nome: Casa de Saúde e Repouso da Amoreira, Lda.  
Assunto: Informação Prévia  
Local: Amoreira Castelo – Ramada  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Emita-se Parecer favorável

Processo n.º 463/2016/OP  
Nome: Tomarobra Edificações Urbanas, Lda.  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Porto da Paia – Pontinha  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 2/2016/OP/GI  
Nome: Américo Gonçalves Simões  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Rua Pedro Nunes, lote 327 – Ramada  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 475/2016/OP/GI  
Nome: Caixa Económica Montepio Geral  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua dos Eucaliptos, Lote 3 – Bairro Casal do Rato – Pontinha  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 477/2016/OP/GI  
Nome: Caixa Económica Montepio Geral  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua S. Sebastião – Lote 3A – Bairro Casal do Rato – Pontinha  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 124/2016/OP/GI  
Nome: Fernando Ribeiro  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Rua Augusto Amaral, lote 130 – B. Sol Nascente - Famões  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença Administrativa



Processo n.º 210/2016/OP  
Nome: Carla Alexandra Carnide Fernandes  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Rua do Alto da Fonte Santa – Carrascais – Caneças  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 460/2016/OP  
Nome: Amélia Maria Patrício Cruz  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Travessa do Pinhal Verde, lote 6 – Piçarras – Caneças  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 351/2015/OP  
Nome: Construções Trivinhas, Lda.  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Monte Lavouro, lote 3 – Odivelas  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 488/2015/OP/GI  
Nome: Bernardino Reis Paulus  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Rua ferreira de Castro – Lote 27 – Bairro Alto de Famões - Famões  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 470/2016/OP  
Nome: Nádia Patricia Santos Jorge  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua D. João de Castro, n.º 2 – Loja 1 – Odivelas  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 235/2016/OP/GI  
Nome: António Barros Mendes  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Cidade de Leiria, lote 483 – bairro Vale Grande – Pontinha  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 402/2016/OP/GI  
Nome: João Aleixo Saraiva  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Raul Proença, lote 26 – Casal das Queimadas à Quinta das Dálias – Famões  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 399/2016/OP/GI  
Nome: José Luís Brás  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Machado de Castro, lote 501 – B. Casal da Silveira – Famões  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º @120/2016  
Nome: Pedro Miguel Esteves Fernandes  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua do Oeste, n.º 7A a 7C – Pontinha  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 268/2015/OP/GI  
Nome: SOUTH SUN LDA  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Abel Manta, n.º 18 – Bairro Trigache Norte - Famões  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Determino a realização da vistoria conjunta

Processo n.º 401/2016/OP/GI  
Nome: Isabel Encarnação Robalo  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Proença n.º 12 – Casal das Queimadas à Quinta das Dálias - Famões  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 2592/OP  
Nome: Ademala – Sociedade Imobiliária, Lda.  
Assunto: Licença Administrativa- n.º 2 do art.º 4 do Dec-Lei n.º 555/99 na sua redação atual  
Local: Urbanização Colinas do Cruzeiro, Zona1 – Lote 2 – Odivelas  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença Administrativa

Processo n.º 7356/OP/GI  
Nome: Marta Sofia Cardoso Martins Alves  
Assunto: Licença Especial para obras inacabadas – art.º 88 do Dec-Lei n.º 555/99 de 16/12, na sua atual redação  
Local: Rua Alfredo Paisana, lote 20 – Bº Arco Maria Teresa – UF de ramada e Caneças  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença Especial

Processo n.º 13677/CP/OP/GI  
Nome: Luísa Alexandra dos Reis Vieira  
Assunto: Licença Especial para obras inacabadas – art.º 88 do Dec-Lei n.º 555/99 de 16/12, na sua atual redação  
Local: Rua das Oliveira, Bairro Alto das Arrozeiras – UF de Ramada e Caneças  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Declaro a Cessação dos efeitos da Comunicação Prévia

Processo n.º 105/2016/OP/GI  
Nome: Nuno Ricardo Lopes Batista e Ana Lúcia Castro de Carvalho  
Assunto: Desobediência ao Embargo e Participação ao Ministério Público por desrespeito ao ato administrativo (Embargo) nos termos do art.º 100º do DL 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação



Local: Rua Quinta da Silveira – Lote 554 – Bº Casal da Silveira – Famões – UF de Pontinha e Famões  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Determino a participação ao Ministério Público

Processo n.º 69/2017/D/PUB  
Nome: Nuno Miguel Castelo  
Assunto: Licenciamento de Ocupação de Espaço Público – Esplanada Fechada  
Local: Largo Vieira Caldas – Caneças  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferido

Processo n.º 7235/OCP  
Nome: Carlos Alberto Graça Matos  
Assunto: Pedido de prorrogação da liquidação das taxas Urbanísticas  
Local: Rua Heróis de Chaimite, lote A – Odivelas  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Indefiro o pedido

Processo n.º 503/2016/D/OVP  
Nome: Proarba Energia e Comunicações, Lda.  
Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação  
Local: Rua do Gaiato, lote 958 – Bº Casal da Silveira – UF da Pontinha e Famões  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferido o pedido

Processo n.º 358/2016/OP/GI  
Nome: Pedro Jorge Henriques Claro  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: B. do Saramagal, Lote 503 – Pontinha  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 203/2016/OP/GI  
Nome: Tiago Emanuel Rodrigues da Silva Jacinto  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Bairro Casal dos Apréstimos, lote 125 - Ramada  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 3/2016/OP/GI  
Nome: Américo Gonçalves Simões  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Rua Pedro Nunes, lote 328 – Ramada  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 64/2016/OP/GI  
Nome: Elvira Antunes Simões Fonseca Martins  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Rua Ferreira de Castro- Lote 51 – Bº Alto de Famões – Famões  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 380/2015/OP/GI  
Nome: José de Figueiredo Lourenço  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Rua da Abadessa, lote 330 – B. Casal do Bispo - Famões

Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 455/2015/OP/GI  
Nome: Décia Sousa Munoz  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Rua das Forças Armadas, lote 260 – Pontinha  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 273/2016/OP/GI  
Nome: Mehnaze Ahmed  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, lote 143 - Ramada  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 282/2015/OP/GI  
Nome: Ricardo Cláudio da Conceição Fernandes  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Rua Marquesa D` Alorna – Lote 283 – Bairro Casal Trigache – Famões  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 419/2016/OP/GI  
Nome: Dealina da Cova do Santos Sousa  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras Ou  
Local: Rua Fernando Pessoa, Lote 221 – B. Casal Novo – Caneças  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 57/2016/OP/GI  
Nome: Fernando Jorge Silva Ferreira  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Cidade de Silves – Lote 300 – Bº Casal São Sebastião – Famões  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Extinga-se o procedimento

Processo n.º 418/2016/OP/GI  
Nome: Mario Braz Pais de Aguiar  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Humberto Delgado, Lote 38 – bairro Casal do Bispo – Famões  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 335/2016/OP/GI  
Nome: José Alves Martins  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Dordio Gomes, Lote 311 – Bairro do Girassol - Ramada  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto e arquitetura



Processo n.º 43/2016/OP/GI

Nome: Manuel Gomes Batista

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua da Associação, lote 63 – Bairro do Girassol – Ramada

Data de despacho: 14.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença Administrativa

Processo n.º 484/2016/OP/GI

Nome: António Manuel Pires Neno

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Mirandela, Lote 77 – Bairro Casal de S. Sebastião – Famões

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 2593/OP

Nome: Formaplanos – Planeamento e Construção Lda.

Assunto: Licença Administrativa – n.º 2 do art.º 4 do Dec-Lei n.º 555/99 na sua redação atual

Local: Urbanização Colinas do Cruzeiro, Zona 1 – Lote 3 – Odivelas

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 7/2017/OP

Nome: A LOJA DO Tejo – Restaurante Unipessoal, Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Alfredo Costa, n.º 4 – Urb. Colinas do Cruzeiro – Odivelas

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 400/2016/OP/GI

Nome: Inovacil Sociedade Construção Civil, Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras Ou

Local: Rua Fernando Lopes Graça, Lote 223 – Bº Granjas Novas - Ramada

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 394/2016/OP/GI

Nome: António da Graça Francisco

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Azinhaga do Canhamato – Lote 5 - Caneças

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 424/2015/OP/GI

Nome: Amélia Marques Torres Oliveira Couto

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Isabel Aboim Inglês – Lote 5 – Bairro da Milharada – Pontinha

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 152/2016/OP/GI

Nome: Leonel Domingues

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Cerca, lote 4 – Pedernais - Ramada

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 152/2016/OP/GI

Nome: Leonel Domingues

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Cerca, lote 4 – Pedernais – Ramada

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º @196/2016

Nome: Joaquim de Almeida Pereira Lourenço

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Cidade de Elvas, lote 275 – B. Vale Grande – Pontinha

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Determino a realização da vistoria

Processo n.º 352/2015/OP/GI

Nome: Isabel da Silva Resende Sousa

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Carochia, lote 104 – B. Casal dos Apréstimos – Odivelas

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Determino a realização da vistoria

Processo n.º 57/2015/OP/GI

Nome: Belarmino Armando Oliveira da Silva

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua General Norton de Matos – Lote 494 – Casal da Silveira – Famões

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Extinga-se o procedimento

Processo n.º 57/2015/OP/GI

Nome: Belarmino Armando Oliveira da Silva

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua General Norton de matos – Lote 494 – casal da Silveira – Famões

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Extinga-se o procedimento

Processo n.º 439/2016/OP/GI

Nome: José Francisco Delgado Anunciação

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua 11 de março, lote 470 – Bº Casal Novo – Caneças

Data de despacho: 17.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura





Processo n.º 330/2016/OP/GI

Nome: Murma Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Padre António Vieira – Lote 618 – Bº dos Quatro – Saramagal – Famões

Data de despacho: 17.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 388/2016/OP/GI

Nome: António Rodrigues Construções Unipessoal Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Rio Maior – Lote 247 – Bairro Casal S. Sebastião – Famões

Data de despacho: 17.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 448/2016/OP/GI

Nome: Diamantino da Piedade Luís

Assunto: Licenciamento de obras de Edificação, Remodelação de terrenos e Outras OU

Local: Rua 25 de Agosto, lote 1 – Bº Casal Novo dos Bons Dias – Ramada

Data de despacho: 17.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 408/2016/OP/GI

Nome: Manuel Carvalho Domingos

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Índia, lote 6 – B. Moinho do Baeta – Caneças

Data de despacho: 17.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 463/2015/OP/GI

Nome: João Miguel Leonardo Capelo Rodrigues

Assunto: Comunicação Prévia de obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua Augusto Amaral, lote 115 – Famões

Data de despacho: 17.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Extinga-se o procedimento

Processo n.º 430/2015/OP/GI

Nome: Aniceto Rodrigues Silva

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua General Norton de Matos – Lote 74 – Bairro Novo de Sto. Eloy – Pontinha

Data de despacho: 17.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Extinga-se o procedimento

Processo n.º 465/2015/OP/GI

Nome: António Rodrigues Construções Unipessoal Lda.

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua Cidade de Rio maior, lote 247 – Famões

Data de despacho: 17.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Extinga-se o procedimento

Processo n.º 7986/OP/GI

Nome: Joaquim Medeiros Veloso

Assunto: Caducidade – art.º 71 do Dec-Lei n.º 555/99 com a redação atual

Local: Av. Luís de Camões – Lote 25 – Bº Quinta das Pretas – Famões

Data de despacho: 20.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Declaro a Caducidade do Alvará

Processo n.º 13432/OP

Nome: Manuel Balas de Matos

Assunto: Licença Especial de Obras Inacabadas – art.º 88 do Dec-Lei n.º 555/99 na sua redação atual

Local: Rua Aurélio dos Reis – Ramada

Data de despacho: 20.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença especial

Processo n.º 408/2015/OP

Nome: Sofrapa SA

Assunto: Declaração de extinção de procedimento por caducidade, nos termos do artigo 71º do RJUE

Local: Rua Heróis do Chaimite, lote 8C/V – Odivelas

Data de despacho: 21.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Declaro a caducidade da Admissão da Comunicação Prévia

Processo n.º 13071/IP/ED

Nome: Maria Leonor Correia de Sá Pilão

Assunto: Informação Prévia – n.º 2 do art.º 14 do Dec-Lei n.º 555/99 na sua atual redação

Local: Largo da Fonte Velha n.º 4 e 6 Lugar d/Além – União das Freguesias da Ramada e Caneças

Data de despacho: 21.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Indefiro o pedido

Processo n.º @199/2016

Nome: Fernando Mateus

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Sacadura Cabral, lote 1216 – Caneças

Data de despacho: 21.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º 447/2016/OP/GI

Nome: Carla Alexandra Martinho Costa

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Bairro Trigache Norte – Lote 472 – Famões

Data de despacho: 21.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 19/2017/OP

Nome: Hélder Filipe Nunes Matildes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Impasse à Rua Miguel Silvestre Cruz, lote 9 – Carrascais – Caneças

Data de despacho: 21.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 43/2015/OP/GI

Nome: Ricardo Alexandre Martins Santos

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos



Local: Rua Vasco Santana, lote 85 – B. da Condessa – Pontinha  
Data de despacho: 22.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Extinga-se o procedimento

Processo n.º 415/2016/OP/GI  
Nome: Paulo Alexandre Vieira Vaz  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Cidade de Ovar, lote 404 – B. São Sebastião – Famões  
Data de despacho: 24.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 3082/OP  
Nome: Giromaq – Comércio de Máquinas e Imóveis, Const Civil e Obras Públicas, Lda.  
Assunto: Pedido de Revisão de Prazo para a execução da obra  
Local: Urbanização Colinas do Cruzeiro, lote 15 – Zona 7 – Odivelas  
Data de despacho: 27.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferido o pedido de alteração

Processo n.º 84/2017/D/OVP  
Nome: Proarba – Energia e Telecomunicações, Lda.  
Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação  
Local: Rua Diogo Silves, n.º 17ª – Casal do Chapim – Odivelas  
Data de despacho: 27.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Defiro o pedido de licença

Processo n.º 3083/OP  
Nome: Giromaq – Comércio de Máquinas e Imóveis, Const Civil e Obras Públicas, Lda.  
Assunto: Pedido de Revisão de prazo para execução da obra  
Local: Urbanização Colinas do Cruzeiro, lote 16 – Zona 7 – Odivelas  
Data de despacho: 27.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Defiro o pedido de alteração

Processo n.º 482/2016/OP/GI  
Nome: Armindo Pedro Fortes  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Aquilino Ribeiro, lote 941 B - Casal novo – Famões  
Data de despacho: 29.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 474/2016/OP/GI  
Nome: Alfredo Francisco Pereira  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua da Salvação, Lote 5 – B. Sete Quintas – Caneças  
Data de despacho: 29.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 166/2015/OP  
Nome: Betourbe Lda,  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Quinta do Barruncho, Granja da Paradela, lote 26 – Póvoa de Santo Adrião  
Data de despacho: 29.03.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º @5/2017  
Nome: Nuno Miguel Fial de Freitas  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua António Freitas, n.º 19 – Pombais  
Data de despacho: 29.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Determino a realização da vistoria

Processo n.º 253/2016/IP  
Nome: João Carlos da Conceição Bascuinho  
Assunto: Informação Prévia  
Local: Milharadas e Casal dos Sinais e anexos – Caneças  
Data de despacho: 29.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Emita-se parecer desfavorável

Processo n.º 339/2016/OP/GI  
Nome: Tiago Gonçalves & Gonçalves Const.  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Campo da Bola – Lote 64 – Urb. Quinta das Canoas – Pontinha  
Data de despacho: 31.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

**Listagem dos despachos emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, referente a Autorizações de Utilização, Comunicações Prévias e Rejeições Liminares, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de março de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/4478, de 2017.04.21:**

Processo n.º 366/2016/OP/GI  
Nome: Paula Susana Coimbra dos Santos  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua 25 dezembro, lote B40 – Bº dos Pedernais – Ramada  
Data de despacho: 01.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 349/2016/OP/GI  
Nome: Artur Jorge Silva Almeida  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Flor do Minho – Lote 56 – Bairro Flor do Minho – Caneças  
Data de despacho: 01.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 412/2016/IP  
Nome: Julio Augusto Almeida  
Assunto: Informação Prévia  
Local: Rua Abel Manta, n.º 190, 191 e 192 – Bº Encosta do Mourigo – Famões  
Data de despacho: 01.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se





Processo n.º 280/2016/OP

Nome: C.T.Z. Construções Torres do Zezere, Lda.  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Quinta do Pinhal – Lote 4A - Caneças  
Data de despacho: 01.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 118/2015/OP/GI

Nome: José dos Reis Duarte  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Casal dos Cravos, lote 18 – Ramada  
Data de despacho: 01.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 367/2016/OP/GI

Nome: Angela Maria Branco Bernardo Palma  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Mário Sá Carneiro - Lote 404 – Bairro dos Quatro – Famões  
Data de despacho: 01.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 34941/OCP/OC

Nome: Novo Banco, S.A  
Assunto: Comunicação Prévia – Art.º 34º do DL n.º 555/99 de 16 Dezembro, na sua atual redação  
Local: Rua General Norton de Matos, lote 470 – Bº Casal da Silveira – UF de Pontinha e Famões  
Data de despacho: 01.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 386/2016/OP/GI

Nome: Stefan Brehna  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Peça, lote 565 – Bº Casal Novo - Caneças  
Data de despacho: 02.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @120/2016

Nome: Pedro Miguel Esteves Fernandes  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua do Oeste, n.º 7, 7A a 7C  
Data de despacho: 03.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 3240/OP

Nome: Progressão Geométrica – Construções Lda.  
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA  
Local: Urbanização Colinas do Cruzeiro, Zona 9, lote 18 – Odivelas  
Data de despacho: 03.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 13613/CP/OP/GI

Nome: Nuno Ricardo Lêdo de Moura  
Assunto: Autorização de Utilização – art.º 62º do Dec-Lei n.º 555/99 com a redação atual  
Local: Rua Cidade de Lamego, lote 413 – Bairro Vale Grande – UF de Pontinha e Famões  
Data de despacho: 03.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @120/2016

Nome: Pedro Miguel Esteves Fernandes  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua do Oeste, n.º 7, 7A 7º B e 7C – Bº Casal do Rato – Pontinha  
Data de despacho: 03.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se liminarmente

Processo n.º 115/2015/OP/GI

Nome: Ana Cristina da Silva Martins Fernandes  
Assunto: Comunicação Prévia de obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua da Carochia – Lote 27 – Bairro Casal dos Apréstimos – Ramada  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 335/2015/OP/GI

Nome: José Magro Monteiro  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua da Fé, lote 84 – Bº Novo do Trigache – Famões  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @175/2016

Nome: José Luis Antunes  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua 2 de Abril, lote 928 – Bº Casal da Silveira – Famões  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 333/2016/OP/GI

Nome: Agostinho Almeida da Silva  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Cidade de Viseu, lote 46 – Bairro Casalinho da Azenha – Pontinha  
Data de despacho: 07.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 16/2017/OP

Nome: Carlos Alberto Fernandes Morgado  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Travessa da Fonte Santa – 15 – Caneças  
Data de despacho: 08.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 389/2016/OP/GI

Nome: Manuel Conceição Moura  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Piteira Santos, lote 288 – Bairro Girassol – Ramada  
Data de despacho: 08.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 426/2016/OP/GI

Nome: Jorge Guedes Moreira  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua 8 de março, lote 24 – Ramada  
Data de despacho: 08.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se



Processo n.º @11/2017  
Nome: Hilário Marques de Faria  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua das Mimosas, lote 205 – Bº dos Pedernais – Ramada  
Data de despacho: 08.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 44839/OCP  
Nome: Maria Viegas Unipessoal, Lda.  
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA  
Local: Rua das Arroteias, lote 1A – 44 – 45 – Bairro dos CTT – UF da Ramada e Caneças  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 12517/CP/OP  
Nome: Carlos Alberto Matos Correia e Outros  
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA  
Local: Estrada da Paia (lote 1,2,3 e 4) e Rua M (Lote 10 e 11) – UF de Pontinha e Famões  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 11410/OP  
Nome: Pontiprédio – Construção Civil, Lda.  
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA  
Local: Rua Florbela Espana – Casal da Serra- Pontinha  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde – Notifique-se

Processo n.º 13996/CP/OP  
Nome: ODI4AREA-Investimentos Imobiliários, Lda.  
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA  
Local: Arroja – Lote AE09 – UF de Pontinha e Famões  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 13015/CP/OP  
Nome: Raiz Virtual – Consultoria e Construção Lda.  
Assunto: Comunicação Prévia – n.º 3 do art.º 4 do Dec-Lei n.º 555/99 na sua atual redação  
Local: Horta Grande e Cochos – Urb. Moinhos do Cruzeiro, lote 10 – UF de Pontinha e Famões  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 3852/OP  
Nome: Jorge Manuel Martins da Costa  
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA  
Local: Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 116 – Odivelas  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 195/2015/OP/GI  
Nome: Henrique Manuel Alves Baeta  
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA  
Local: Rua das Amoreiras, lote 29 – Alto das Arroteias – Ramada  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 722/OP/GI  
Nome: José Cavalheiro Pires  
Assunto: Comunicação prévia – Art. 34º do DL n.º 555/99 de 16 dezembro, na sua atual redação

Local: Rua da Granja, lote 8 – Bairro Granjas Novas – UF Ramada e Caneças  
Data de despacho: 10.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 437/2016/OP/GI  
Nome: João Ribeiro Cordeiro  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua dos Pastores 91B – B. dos Pedernais - Ramada  
Data de despacho: 13.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 410/2015/OP  
Nome: Alexandre Rodrigues da Silva Coelho  
Assunto: Comunicação Prévia de obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua dos Combatentes do Ultramar, n.º 3 – Odivelas  
Data de despacho: 13.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @178/2016  
Nome: Augusto Dias Ferreira  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua 2 de Abril, lote 924 – B. Casal da Silveira – Famões  
Data de despacho: 13.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @9/2016  
Nome: Joaquim Pinto Pereira  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: B. Casal Novo, lote 1264 – Caneças  
Data de despacho: 13.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º @299/2015  
Nome: Fernando Loureiro Pereira  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua do Ribeiro, lote 133 – Bº Casal do Rato – Pontinha  
Data de despacho: 13.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 94/2015/OP/GI  
Nome: Ernesto de Melo Alves de Moura  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Cidade de Loures, lote 464 – vale Grande – Pontinha  
Data de despacho: 13.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 58/2017/D  
Nome: EDP-Distribuição SA  
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA  
Local: Rua José Rodrigues Miguéis – Ramada  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 499/2016/IP  
Nome: Pátio Adelino Coelho  
Assunto: Informação Prévia  
Local: Pátio Adelino Coelho - Famões  
Data de despacho: 14.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente



Processo n.º 432/2016/OP/GI

Nome: Emília Borges Vilela

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua 1º de janeiro, lote 73 – Bº Novo do Trigache – Famões

Data de despacho: 14.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 332/2016/OP/GI

Nome: João Rosa Alves

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua da Salvação, lote 3 – Bº Sete Quintas – Caneças

Data de despacho: 14.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 145/2016/OP/GI

Nome: José da Silva Barreira

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua 1º Janeiro, lote 63 – Bairro Novo Trigache – Famões

Data de despacho: 15.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 5104/OP

Nome: Construções Ladel, Lda.

Assunto: Licenciamento Condicionado – Lei n.º 91/95

Local: Urbanização Jardim da Amoreira, lote 21 – Ramada

Data de despacho: 15.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 493/2016/OP/GI

Nome: Instaladrilho Construções e Empreitadas Lda.

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Travesso José Aguas – Lote 663 – Bº São Sebastião Norte – Bairro dos Quatro – Famões

Data de despacho: 15.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @116/2016

Nome: Manuel da Moura Monteiro

Assunto: Acompanhamento de Obra

Local: Rua Sacadura Cabral, Lote 88 – Bº Novo de Santo Eloy – UF Pontinha e Famões

Data de despacho: 15.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 428/2016/OP/GI

Nome: Paula de Fátima Cerdeira Mariano

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Engenheiro Duarte Pacheco lote 611 – Bº Casal dos Mochos – Famões

Data de despacho: 15.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 417/2016/OP/GI

Nome: Emília Gonçalves

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Teófilo Braga – Lote 486 – Bairro Saramagal Grande – Famões

Data de despacho: 15.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 440/2016/OP/GI

Nome: Maria de Lurdes Oliveira Mateus Dias

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Avenida de São Sebastião – Lote 168 – Bairro Casal do Rato – Pontinha

Data de despacho: 15.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @18/2017

Nome: Oitante SA

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua de Macau, lote 1 – Olival Basto

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @19/2017

Nome: Oitante, SA

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua de Macau, lote 2 – Olival Basto

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 25/2017/IP

Nome: Nelson Filipe Fernandes Branco

Assunto: Informação Prévia

Local: Rua dos Sinais – Caneças

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 28805/OCP/OC

Nome: Albertino Alves Marques

Assunto: Autorização de Utilização – art.º 62º do Dec-Lei n.º 555/99 com a redação atual

Local: Rua Casal dos Cravos, lote 12 – Bairro Casal dos Cravos – UF de Ramada e Caneças

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @126/2015

Nome: Rosalina da Conceição Nunes António

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Bonjardim, Lote 450 – Casal Novo - Ramada

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 441/2016/OP/GI

Nome: Adriano Pereira Mouro

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Egas Moniz – Lote 317 – Bairro do Girassol – Ramada

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 31/2017/IP

Nome: IMOBOCE – Imobiliária e Construção Lda.

Assunto: Informação Prévia

Local: Serrado da Palerma – Famões

Data de despacho: 16.03.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se



Processo n.º 318/2015/OP/GI  
Nome: Josué da Silva Domingos  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua 1º de Janeiro, lote 43 – Bairro Novo Trigache – Famões  
Data de despacho: 17.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 347/2016/OP  
Nome: Yohann Teddy Justino Lopes  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua da Arroja – Odivelas  
Data de despacho: 17.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 4436/OP/GI  
Nome: Paulo Desidério Brás Turriel  
Assunto: Autorização de Utilização – art.º 62º do Dec-Lei n.º 555/99 com a redação atual  
Local: Rua das Laranjeiras, lote 29A – Bº Casal da Silveira - Famões  
Data de despacho: 17.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 13585/CP/OP/GI  
Nome: Narciso Luis da Silva Santos  
Assunto: Comunicação Prévia – art.º 34º do DL n.º 555/99 de 16 dezembro, na sua atual redação  
Local: Rua Abel Manta, lote 24 – Bº Trigache Centro – UF de Pontinha e Famões  
Data de despacho: 17.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 442/2016/OP/GI  
Nome: Vasco Manuel Coelho Barbadães  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras Ou  
Local: Rua Henrique Medina – Lote 71 – Bairro Trigache Norte – Famões  
Data de despacho: 20.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Rejeite-se liminarmente

Processo n.º @225/2015  
Nome: Filipe Nunes da Silva Moço  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Almada Negreiros, lote 29 – Casal Novo – Caneças  
Data de despacho: 20.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º @199/2016  
Nome: Fernando Mateus  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Sacadura Cabral, lote 1216  
Data de despacho: 20.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º 347/2015/OP  
Nome: NASA – Inspeção a Veículos, Lda.  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Av. Dr. António Manuel Silva Marques Economista – Lote AE 5/6/7 – Famões

Data de despacho: 21.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 116/2016/OP/GI  
Nome: Daniel Pedro de Matos Albuquerque  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua São João, Lote 184 – Caneças  
Data de despacho: 23.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @13/2017  
Nome: José António Frederico Pinto  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua António Fragoso, lote 11 – Bairro Encosta do Mourigo – Famões  
Data de despacho: 24.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @441/2015  
Nome: Manuel Joaquim Manso  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua do Olival – Lote 92ª – Bairro Quinta das Dális – Famões  
Data de despacho: 24.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a Autorização de Utilização

Processo n.º @182/2016  
Nome: Nuno Miguel Lopes Teixeira  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Júlio Dinis, Lote 507 – Bairro dos Quatro – Famões  
Data de despacho: 27.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 373/2015/OP/GI  
Nome: Silvino Marques Penedo  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua de Belém – Lote 103 – Bairro Moinho do Baeta – Caneças  
Data de despacho: 27.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @197/2016  
Nome: Filipe Cipriano Domingos Rosa  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Florbela Espanca – Lote 42 – Quinta das Pretas - Famões  
Data de despacho: 28.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 174/2015/OP  
Nome: A Mecânica das Avenidas Lda.  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Almirante Gago Coutinho – 78/80 – Ramada  
Data de despacho: 31.03.2017  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização



Processo n.º @23/2017  
Nome: Regrapelativa S.A  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Bairro Flôr do Minho, Lote 25 – Caneças  
Data de despacho: 31.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 187/2016/OP/GI  
Nome: Obridantas – Construções Lda.  
Assunto: Comunicação Prévia de obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua das Palmeiras – Lote 184/A – Bairro Sol Nascente – Famões  
Data de despacho: 31.03.2017  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

**Listagem dos Comprobativos de Admissão de Comunicação Prévia, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de março de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/4479, de 2017.04.21:**

Processo n.º @-124/2016 – 14604/CP/OP/GI  
Nome: CIRCLEXCLUSIVE, LDA  
Assunto: Emissão de Comprobativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua do Olival, lote 94, Bairro Casal das Queimadas á Quinta das Dálías  
Data de emissão: 07.03.2017  
Comprobativo n.º 9/2017

Processo n.º 355/2016/OP/GI  
Nome: António Valente Vieira  
Assunto: Emissão de Comprobativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Travessa José Águas, lote 662, Bairro São Sebastião Norte  
Data de emissão: 10.03.2017  
Comprobativo n.º 10/2017

Processo n.º 280/2016/OP  
Nome: Construções Torres do Zêzere, Lda  
Assunto: Emissão de Comprobativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Quinta do Pinhal, lote 4A, Caneças  
Data de emissão: 14.03.2017  
Comprobativo n.º 11/2017

Processo n.º @-72/2014 – 14694/CP/OP/GI  
Nome: Adilson Augusto Policarpo Cardoso  
Assunto: Emissão de Comprobativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Maria da Fonte, lote 156, Bairro da Milharada  
Data de emissão: 15.03.2017  
Comprobativo n.º 12/2017

Processo n.º 6/2017/OP/GI  
Nome: Carlos Manuel Cardoso Ferreira  
Assunto: Emissão de Comprobativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua José Rodrigues Migueis, lote 77, Bairro Tomada da Amoreira

Data de emissão: 21.03.2017  
Comprobativo n.º 13/2017

Processo n.º 389/2016/OP/GI  
Nome: Manuel da Conceição Moura  
Assunto: Emissão de Comprobativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Piteira Santos, lote 288, Bairro do Girassol  
Data de emissão: 22.03.2017  
Comprobativo n.º 14/2017

Processo n.º 410/2015/OP  
Nome: Alexandre Rodrigues da Silva Coelho  
Assunto: Emissão de Comprobativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Combatentes do Ultramar, n.º 3 Odivelas  
Data de emissão: 22.03.2017  
Comprobativo n.º 15/2017

Processo n.º @-30/2017 – 14564/CP/OP/GI  
Nome: Luís Emanuel Barbosa de Sousa  
Assunto: Emissão de Comprobativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua das Oliveiras, lote 58, Bairro Alto das Arrozeiras  
Data de emissão: 28.03.2017  
Comprobativo n.º 16/2017

Processo n.º @-89/2014 – 13560/CP/OP/GI  
Nome: Diniz Marques Martinho e Outro  
Assunto: Emissão de Comprobativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Avenida Luís de Camões, lote 9, Bairro Quinta das Pretas  
Data de emissão: 30.03.2017  
Comprobativo n.º 17/2017

**Listagem dos Alvarás de Utilização e de Construção, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de março de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/4480, de 2017.04.21:**

#### **Alvarás de Construção**

Processo n.º 8/2017/D/OVP  
Nome: PROARBA-Energia e Telecomunicações Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Soeiro Pereira Gomes, lote 684, Bairro Casal Novo  
Data de emissão: 01.03.2017  
Alvará n.º 34/2017

Processo n.º 23/2016/OP/GI  
Nome: Paulo Gilberto Vieira Pinto Ribeiro  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Santa Rita Pintor, lote 529, Bairro Casal dos Mochos  
Data de emissão: 07.03.2017  
Alvará n.º 35/2017

Processo n.º 7/2016/OP/GI  
Nome: António Dias da Fonseca  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Major João Luis de Moura, lote 107, Bairro da Milharada





Data de emissão: 17.03.2017  
Alvará n.º 36/2017

Processo n.º 265/2016/OP/GI  
Nome: Ricardo Jorge Brás Ribeiro  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Praceta Marcos Portugal, lote 189, Bairro Encosta do Mourigo  
Data de emissão: 17.03.2017  
Alvará n.º 37/2017

Processo n.º @-33/2017 – 25783/antigo  
Nome: Auto 70-Comercio de Automóveis, Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Júlio Borba, lote 4 A, Casal do Figo Passado, Povoia St.º. Adrião  
Data de emissão: 21.03.2017  
Alvará n.º 38/2017

Processo n.º 262/2016/OP  
Nome: Inês Gonçalves Ferreira e Outro  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Fonte Castelo de Vide, lote 8, Bairro da Milharada  
Data de emissão: 22.03.2017  
Alvará n.º 39/2017

Processo n.º @-37/2017 – 7356/OP/GI  
Nome: Marta Sofia Cardoso Martins Alves  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Alfredo Paisana, lote 20, Bairro Arco Maria Teresa  
Data de emissão: 21.03.2017  
Alvará n.º 40/2017

Processo n.º 388/2015/OP  
Nome: COMPRECONCIL-Compra de Prédios e Construção Civil, Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Quinta do Barruncho, lote 25, Granja da Paradelas  
Data de emissão: 23.03.2017  
Alvará n.º 41/2017

Processo n.º 368/2016/OP/GI  
Nome: Pedro Miguel Agoga Teles  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Machado de Castro, lote 500, Bairro Casal da Silveira  
Data de emissão: 24.03.2017  
Alvará n.º 42/2017

Processo n.º 439/2016/OP/GI  
Nome: José Francisco Delgado Anunciação  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua 11 de Março, lote 470, Bairro Casal Novo  
Data de emissão: 24.03.2017  
Alvará n.º 43/2017

Processo n.º 470/2015/OP/GI  
Nome: Arlindo dos Santos  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua dos Pinheiros, lote 11, Bairro Alto das Arrozeiras  
Data de emissão: 24.03.2017  
Alvará n.º 44/2017

Processo n.º 484/2016/OP/GI  
Nome: António Manuel Pires Neno  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Cidade de Mirandela, lote 77, Bairro Casal São Sebastião  
Data de emissão: 29.03.2017  
Alvará n.º 45/2017

Processo n.º 121/2016/OP/GI  
Nome: António Pinheiro Rodrigues-Construção Unipessoal, Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Avenida da Liberdade, lote 126, Bairro da Encosta do Mourigo  
Data de emissão: 29.03.2017  
Alvará n.º 46/2017

Processo n.º 30/2017/D/OVP  
Nome: Lisboaágas  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Fernando Lopes Graça, Bairro Granjas Novas  
Data de emissão: 29.03.2017  
Alvará n.º 47/2017

Processo n.º @-41/2017 – 29959antigo  
Nome: VITA-BIO – Gestão de Serviços de Saúde, Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Almirante Gago Coutinho, nº 99, Ponte da Bica / Ramada  
Data de emissão: 29.03.2017  
Alvará n.º 48/2017

#### Alvarás de Utilização

Processo n.º @-22/2017 – 35758/OCP/RC/OC  
Nome: CONSPROBER-Projetos e Construções, Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Cidade de Viseu, lote 51, Bairro Casalinho da Azenha  
Data de emissão: 01.03.2017  
Alvará n.º 27/2017

Processo n.º 268/2016/OP/GI  
Nome: Armindo Santos Silva  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Moinho do Baeta, lote 42, Bairro Moinho do Baeta  
Data de emissão: 01.03.2017  
Alvará n.º 28/2017

Processo n.º 251/2015/OP/GI  
Nome: José Batista Lourenço  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua da Primavera, nº 5, Bairro Casal do Bispo  
Data de emissão: 01.03.2017  
Alvará n.º 29/2017

Processo n.º @-183/2015 – 14447/CP/OP/GI  
Nome: Vítor Manuel Nunes  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua do Casal Novo, lote 362, Bairro Casal Novo  
Data de emissão: 03.03.2017  
Alvará n.º 30/2017

Processo n.º @-113/2016 – 14621/CP/OP/GI  
Nome: José Serralha de Oliveira  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua 18 de Maio, lote 31, Bairro Sol Nascente  
Data de emissão: 07.03.2017  
Alvará n.º 31/2017



Processo n.º 51/2015/OP/GI  
Nome: Manuel do Carmo Fernandes  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Cidade Nova de Lisboa, n.º 3 e 3 A, Bairro Casal do Bispo  
Data de emissão: 07.03.2017  
Alvará n.º 32/2017

Processo n.º 149/2016/OP  
Nome: Luciano Alves Delgado  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Comandante Sacadura Cabral, n.º 476 e 46A, Alto da Ramada  
Data de emissão: 21.03.2017  
Alvará n.º 236/1989

Processo n.º 202/2015/OP/GI  
Nome: Eduardo Pereira Alves e Outros  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Quintinha da Arroja, lote 21, Odivelas  
Data de emissão: 07.03.2017  
Alvará n.º 33/2017

Processo n.º 97/2014/OP/GI  
Nome: Vítor Manuel Viduedo Carvalho e Outra  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua de Santo António, lote 2, Bairro Trigache Sul  
Data de emissão: 10.03.2017  
Alvará n.º 34/2017

Processo n.º 118/2015/OP/GI  
Nome: José dos Reis Duarte  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Casal dos Cravos, lote 18, Bairro Casal dos Cravos  
Data de emissão: 14.03.2017  
Alvará n.º 35/2017

Processo n.º 158/2015/OP/GI  
Nome: Rosalina de Freitas Fernandes  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua do Poço, lote 891, Bairro Casal da Silveira  
Data de emissão: 16.03.2017  
Alvará n.º 36/2017

Processo n.º @-191/2016/- 12287/CP/OP/GI  
Nome: António Carlos da Silva Tiago  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua 25 de Dezembro, lote B-41, Bairro dos Pedrenais  
Data de emissão: 17.03.2017  
Alvará n.º 37/2017

Processo n.º 145/2016/OP/GI  
Nome: José da Silva Barreira  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua 1.º de Janeiro, lote 63, Bairro Novo do Trigache  
Data de emissão: 24.03.2017  
Alvará n.º 38/2017

Processo n.º 347/2015/OP  
Nome: VACIMOBILE, SA  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Av. Dr. Manuel Silva Marques Economista, lote AE5, AE6 e AE7, Famões  
Data de emissão: 27.03.2017  
Alvará n.º 39/2017

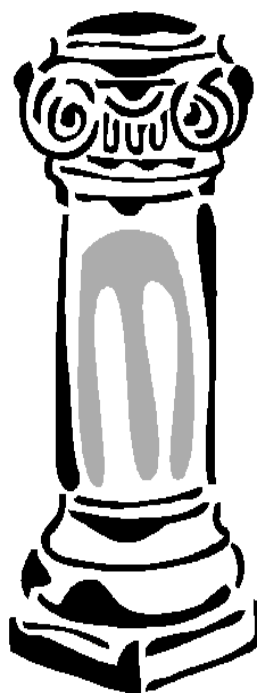
Processo n.º 335/2015/OP/GI  
Nome: José Magro Monteiro  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua da Fé, lote 84, Bairro Novo do Trigache  
Data de emissão: 31.03.2017  
Alvará n.º 40/2017







# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**







## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Realizada em 27 de abril de 2017

#### DELIBERAÇÕES

#### VOTOS DE CONDENAÇÃO

##### **“PELA PERSEGUIÇÃO DA POPULAÇÃO LGBT NA REPÚBLICA DA CHECHÊNIA”**

Pela bancada do BE foi apresentado um voto de condenação com o título “Pela perseguição da população LGBT na República da Chechênia” (documento n.º 1) que será transcrito em ata. O texto referente ao voto de condenação será publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

**(Aprovado por maioria)**

##### **“OCULTAÇÃO DE RELATÓRIO DA ONU SOBRE A QUESTÃO DA PALESTINA”**

Pela bancada do BE, foi apresentado um voto de condenação com o título “Ocultação de Relatório da ONU sobre a questão da Palestina” (documento n.º 4) que será transcrito em ata. O voto de condenação foi colocado à votação tendo sido rejeitado por maioria, com os votos a favor das bancadas do BE e CDU e contra das bancadas PS, PSD e CDS/PP.

**(Rejeitado por maioria)**

#### MOÇÕES

##### **“CONTRA O ENCERRAMENTO DA AGÊNCIA DE CANEÇAS E DAS COLINAS DO CRUZEIRO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS”**

Pela bancada do BE foi apresentada uma moção com o título “Contra o encerramento da agência de Caneças e das Colinas do Cruzeiro da Caixa Geral de Depósitos” (documento n.º 2) que será transcrito em ata. O texto da moção será publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

**(Aprovado por unanimidade)**

##### **“1º DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES”**

Pela bancada do BE foi apresentada uma moção com o título “1º de maio – Dia internacional das Trabalhadoras e Trabalhadores” (documento n.º 3) que será transcrito em ata. O texto da moção será publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

**(Aprovado por maioria)**

#### RECOMENDAÇÃO

##### **“ESTACIONAMENTO NO BAIRRO DOS PEDERNAIS”**

Pela bancada do BE, foi apresentada uma Recomendação com o título “Estacionamento no Bairro dos Pedernais”, (documento n.º 5) que será transcrito em ata. O texto da recomendação será publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

**(Aprovado por maioria)**



## VOTO DE LOUVOR

### **“ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA D. DINIS PELA PASSAGEM DO SEU CENTENÁRIO”**

Pela bancada do PS foi apresentado um voto de louvor com o título “Escola Profissional Agrícola D. Dinis pela Passagem do seu Centenário” (documento n.º 6) que será transcrito em ata. O texto do voto de louvor será publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

**(Aprovado por unanimidade)**

## MUNICÍPIO DE ODIVELAS PRESTAÇÃO DE CONTAS

### **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS DO ANO 2016**

Presente para deliberação a “Prestação de Contas do Município de Odivelas do Ano 2016”, conforme aprovado na 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 19 de abril de 2017 (presente Boletim página 7), documentos remetidos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente sessão, é proposto de acordo com a informação n.º 2017/4177, de 2017.04.12, o seguinte:

Nos termos e para os fins previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, os documentos de prestação de contas do ano de 2016 do Município de Odivelas (Anexo I);

O relatório de gestão das atividades municipais, cujo teor se enquadra na prestação de contas do Município (Anexo I);

Aprovar o resultado líquido do exercício de 6.330.967,41 €, nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL e que o mesmo seja levado à:

Reforço da Reserva Legal, em 316.548,37 Euros correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício;

O restante, no montante de 6.014.419,04 Euros, para incorporação na conta 59 – “Resultados Transitados”.

Apreciar e submeter à Assembleia Municipal, o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação do Município de Odivelas (anexo II).

“(…)PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016

### 28. RELATÓRIO DE GESTÃO

#### PREÂMBULO

#### I - QUADRO ECONOMICO-FINANCEIRO DO MUNICIPIO DE ODIVELAS

O Município de Odivelas tem vindo, num esforço seguro e paulatino, a realizar um trabalho de consolidação das suas contas em termos de sustentabilidade financeira, procurando rentabilizar as suas receitas, bem como tem promovido uma efetiva diminuição dos encargos, sem colocar em causa as suas atribuições legais, situações que, em conjunto, têm permitido obter resultados animadores e que estão refletidos na prestação de contas de 2016.

Com efeito os resultados obtidos na execução orçamental de 2016 são reveladores do esforço empreendido quer numa ótica patrimonial quer numa ótica de tesouraria.

O Município de Odivelas tem desenvolvido um esforço de compatibilização entre os resultados financeiros e o investimento nas pessoas e no território, através de uma política de rigor e de proximidade em áreas que se revelam essenciais para a melhoria da qualidade de vida das populações, prosseguindo, deste modo, um caminho de afirmação e de consolidação da sustentabilidade municipal.

#### II - RECEITA

A receita arrecadada em 2016 teve um decréscimo de cerca de 1.352.325,82 €, relativamente ao ano de 2015. A receita cobrada, situou-se nos 64.396.094,75 €, o que se traduz numa diminuição de 2,1% relativamente ao ano anterior, tendo-se obtido uma taxa de execução da cobrança de 71,7%.

Registe-se que o capítulo dos impostos diretos tem um peso no orçamento da receita municipal de 46% e as transferências correntes e de capital de 34%.

Estes são os dois capítulos mais representativos da estrutura da receita, uma vez que juntos somam 80% do total.

#### III – DESPESA

Relativamente à despesa em 2016, esta alcançou os 63.114.142,53 €, tendo registado um grau de execução de 77,8 %.

Neste capítulo há a destacar as despesas com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços e com a aquisição de



bens de capital que representam, no seu conjunto, 80% do total.

Refira-se igualmente que o serviço da dívida bancária atingiu o valor de 4,5 milhões de euros, o que representa 7% do total pago.

#### IV – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Em relação às grandes opções do plano, foi executado um valor aproximado de 41,8 milhões de euros, registando-se uma taxa de execução de 60,9%.

Deste valor, 5 milhões de euros são referentes ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e os restantes 36,8 milhões de euros ao Plano de Atividades Municipal (PAM).

As funções sociais foram as que tiveram um peso superior no total executado em plano com 36%, registando um decréscimo de 2% face a 2015.

#### V – SALDO DE GERÊNCIA

O saldo de gerência de 2016, situou-se nos 7.465.230,65 €, sendo que 6.658.027,87 € representa o saldo de operações orçamentais e 807.202,78 €, como saldo de operações de tesouraria.

O Saldo de gerência de 2016 foi inferior em 129.918,89 euros em comparação com o de 2015.

#### VI - BALANÇO

O Município de Odiveelas terminou o ano de 2016 com um ativo líquido valorizado em aproximadamente 206,9 milhões de euros, sendo que 92% do ativo é respeitante a imobilizado e os restantes 8% são relativos ao ativo circulante.

Relativamente aos fundos próprios verifica-se um aumento de 21,5 milhões de euros, tendo contribuído para este aumento o resultado líquido do exercício de 2015.

No capítulo do passivo, regista-se um decréscimo de 15%, o que ocorreu devido à diminuição na conta de dívidas a terceiros de curto prazo, no valor de 2,5 milhões de euros, bem como pela diminuição registada nas dívidas de médio e longo prazo como uma redução face a 2015, de 4,5 milhões de euros.

Verifica-se assim que a dívida global do Município, diminuiu cerca de 7 milhões de euros, sendo que nos últimos três exercícios (2014, 2015 e 2016), a dívida global do Município desceu num valor superior a 17,9 milhões de euros.

Da análise à demonstração de resultados, decorre que o Município gerou um resultado líquido de 6.330.967,41 €, decorrente de um total de proveitos e ganhos de

67.040.608,12 €, e de custos e perdas incorridas no valor de 60.709.640,71 €.

No que se refere aos resultados operacionais o Município encerra o ano de 2016, com um valor de 342.681,31 €, o que significa que a atividade operacional gerou fluxos suficientes para fazer face aos custos operacionais.

Os resultados obtidos nas contas de 2016 são claramente positivos e demonstram que é exequível adotarmos políticas de consolidação orçamental em simultâneo com um maior apoio nas áreas sociais e na melhoria dos equipamentos municipais, situações que têm favorecido a qualidade de vida dos munícipes de Odiveelas.

Todo o trabalho desenvolvido durante o ano de 2016, e que se encontra plasmado nos documentos de prestação de contas do Município, é revelador de uma política prosseguida com determinação e visão estratégica e que teve na sua base a sustentabilidade social e financeira.

É justo salientar o esforço e o empenho a que todos os eleitos, sem exceção, e todos os trabalhadores/colaboradores dedicaram à causa municipal durante o ano de 2016, esforço que deve continuar a ser prosseguido no ano de 2017, procurando alcançar patamares de excelência na prestação de um serviço público que se pretende cada vez mais próximo e mais solidário.

Odiveelas, 11 de abril de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

#### PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016

##### 01. INTRODUÇÃO

Este documento foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. As Demonstrações Financeiras que constam deste Relatório tiveram também em conta as Instruções n.º 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na II.ª Série do Diário da República, de 18 de agosto, Resolução que fixa a organização e a documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL.

O documento segue de perto a estrutura recomendada no POCAL e está organizado em sete capítulos, a saber:

##### ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL



Onde consta o modelo organizativo adotado pelo Município e a estrutura política que compõe os seus órgãos, executivo e deliberativo;

#### RECURSOS HUMANOS

Onde é apresentada uma síntese dos principais elementos constantes do Balanço Social;

#### SÍNTESE DAS ATIVIDADES MUNICIPAIS

Ponto constituído por 10 alíneas representativas das principais áreas de intervenção municipal e onde se encontram refletidas algumas das ações desenvolvidas pelas várias unidades orgânicas municipais ao longo do ano;

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Permite acompanhar, de forma sintética, a evolução e todo o processo de realização das despesas e arrecadação das receitas, permitindo, também, avaliar os desvios e o desempenho relativamente às Grandes Opções do Plano, que não é mais do que a compilação do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades Municipais;

#### ANÁLISE PATRIMONIAL

Onde se analisa o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivos anexos e outros documentos que sintetizam os elementos mais relevantes da situação económica e financeira do Município, traduzindo monetariamente o seu património, a formação de resultados e a movimentação dos recursos financeiros;

#### INDICADORES DE GESTÃO

Construídos com base nas demonstrações financeiras, fornecem um conjunto de informações úteis, resultantes do facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados que vão permitir uma visão global;

#### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o ponto 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84/2002 que aprovou o POCAL. (...)” (*Prestação de Contas 2016, 28. Relatório De Gestão, Preâmbulo, Introdução*)

**(Aprovado por maioria)**

### SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

#### PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2016 SIMAR LOURES E ODIVELAS

Presente para deliberação o ponto referente à Prestação de Contas dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos (SIMAR) de Loures e Odivelas, referente ao ano de 2016, conforme aprovado na 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 19 de abril de 2017 (presente Boletim página 8), documentos remetidos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, nos termos dos documentos (Propostas n.º 105/2017 e n.º 107/2017) remetidos a esta Câmara Municipal pelos SIMAR, através do ofício n.º S/8121/2017, de 2017.03.24, na sequência do deliberado pelo seu Conselho de Administração, na sua 62.ª reunião ordinária, de 24 de março de 2017, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/4177, da Câmara Municipal de Odivelas, de 2017.04.12.

No âmbito da referida Prestação de Contas foi deliberado o seguinte:

-Aprovação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2016 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (anexo III), nos termos e para os fins previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, conjugado com o disposto no n.º 3 do art.º 16 da lei 50/2012, de 31 de agosto;

-Aprovação do Relatório de Gestão de Atividades, cujo teor se enquadra na prestação de contas dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (anexo III).

**(Aprovado por unanimidade)**

#### DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017 1.ª REVISÃO

Presente para deliberação o ponto referente à 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos (SIMAR) de Loures e Odivelas, conforme aprovado na 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 19 de abril de 2017 (presente Boletim página 9), documentos remetidos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, nos termos dos documentos (Proposta n.º 118/2017) remetidos a esta Câmara Municipal pelos SIMAR, através do ofício n.º S/8121/2017, de 2017.03.24, na sequência do deliberado pelo seu Conselho





de Administração, na sua 62.<sup>a</sup> reunião ordinária, de 24 de março de 2017, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/4188, da Câmara Municipal de Odivelas, de 2017.04.12.

**(Aprovado por unanimidade)**





# **ANEXO**

## **PLANO DE AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES ANO LETIVO 2017/2018**





## **PLANO DE AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES ANO LETIVO 2017/2018**







## **Plano de Ação Social e Transportes Escolares**

O Plano de Ação Social e Transportes Escolares estabelece e enquadra os critérios e as condições de acesso e de atribuição dos apoios sociais, a implementar pela Câmara Municipal de Odivelas, nesta matéria.

Este plano tem por base um conjunto de preceitos legais definidos pela legislação em vigor nesta matéria, bem como determinações decorrentes de opções tomadas pela Câmara Municipal, e surge da necessidade de uniformizar os critérios e os procedimentos a adotar no âmbito da atribuição dos diferentes apoios socioeducativos aos alunos que frequentam as escolas da rede pública do concelho de Odivelas.

### **Considerando:**

- O princípio de que o ensino básico é universal, obrigatório e gratuito, nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pelas Leis nº 85/2009, de 27 de agosto, 49/2005, de 30 de agosto, 115/97, de 19 de setembro);
- O desenvolvimento geral da educação pré-escolar, estabelecido na Lei -Quadro n.º 5/97, de 10 de fevereiro, e das regras constantes no Decreto-Lei n.º 147/1997, de 11 de junho;
- O Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o qual estabelece as condições de financiamento e participação da Câmara Municipal no programa, e que tem por base o Programa de Expansão e Desenvolvimento na Educação Pré-Escolar;
- A transferência de atribuições e competências para os municípios, em matéria de Ação Social e Transportes Escolares, prevista na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e outra legislação específica sobre a matéria;
- O regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar, estabelecido na Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto;
- A definição de apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, destinados aos alunos com necessidades educativas especiais, com regulamentação pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, na alteração que lhe foi dada por apreciação parlamentar, pela Lei nº 21/2008, de 12 de maio;
- O regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, enquanto modalidades de apoio e complemento educativo, previstas no



Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, e outra legislação subsequente, são de responsabilidade partilhada entre a administração central e os municípios, nos termos do referido Decreto-Lei, e da demais legislação que regula as respetivas áreas de competência;

- O Decreto - Lei nº 176/2012, de 2 de agosto, que regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e jovens e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos, procedendo ainda à alteração ao Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, alterado pela Lei nº 13/2006, de 17 de abril, e pelos Decretos-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, 186/2008, de 19 de setembro, e 29-A/2011, de 1 de março, que regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento, e funcionamento dos transportes escolares;

- A definição dos escalões de apoio de acordo com o posicionamento do agregado familiar por referência ao abono de família efetuada em regulamento próprio através do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 41/2006, de 21 de fevereiro, 87/2008, de 28 de maio, 245/2008, de 18 de dezembro, 201/2009, de 28 de agosto, 70/2010, de 16 de junho, 116/2010, de 22 de outubro, e 133/2012, de 27 de junho.

Tendo presente os princípios gerais da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, subjacentes à atribuição dos apoios e ao funcionamento das medidas da ação social escolar, no sentido de criar melhores condições de ensino/aprendizagem e de proporcionar condições de igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar a todas as crianças e jovens do concelho, a elaboração e implementação de um **Plano de Ação Social e de Transportes Escolares**, afigura-se neste contexto, como um instrumento fundamental para proceder à identificação das diferentes modalidades de apoio.

### **Objetivos das Medidas a Implementar**

- Promover medidas de discriminação positiva e de combate à exclusão social;
- Promover a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar;
- Promover medidas de integração das crianças e jovens com deficiência;
- Prevenir o insucesso educativo e o abandono escolar precoce;
- Criar condições para assegurar a progressiva gratuitidade da frequência do ensino básico;
- Articular as políticas sociais com as políticas de apoio à família;
- Integrar medidas que uniformizem as medidas de ação social escolar para as crianças que frequentam a educação pré-escolar e para os alunos que frequentam o ensino básico, secundário e profissional.



## Modalidades de Apoio

### **I. Apoios Socioeducativos:**

**a) Auxílios Económicos** – Consiste na atribuição de um apoio financeiro para os alunos que frequentam as escolas do 1.º ciclo do ensino básico do concelho, cuja situação socioeconómica determina a necessidade de comparticipação das despesas com a aquisição de material escolar, bem como na atribuição de manuais escolares e outros recursos pedagógicos a todos os alunos.

**b) Tecnologias de Apoio** – Consiste na atribuição de apoio financeiro para os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) que frequentam as escolas do 1.º ciclo do ensino básico do concelho, destinado a comparticipar a aquisição de dispositivos facilitadores de aprendizagem, com vista a melhorar a sua funcionalidade e a reduzir eventuais incapacidades decorrentes da situação em que se encontram

**II. Refeições Escolares** – Traduz-se na oferta do serviço de três refeições diárias (pequeno-almoço, almoço e lanche), saudáveis, equilibradas e adequadas às necessidades da população em idade escolar e, na comparticipação, do custo das refeições de acordo com a situação socioeconómica dos agregados familiares das crianças e alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, da rede pública, do concelho, podendo vir a abranger, total ou parcialmente, todos os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória.

**III. Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF)** – Traduz-se na comparticipação do custo da mensalidade paga pelas famílias, de acordo com a situação socioeconómica dos agregados familiares, para que as crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar, da rede pública, possam frequentar as AAAF, que são atividades complementares às atividades educativas, e a funcionar em horários ajustados às necessidades das famílias.

**IV. Transportes Escolares** – Consiste na atribuição do passe escolar e/ou na oferta do serviço de transporte escolar, aos alunos que residam no concelho de Odivelas, que frequentam escolas do ensino básico, secundário e profissional, e que cumpram as normas emanadas pelo Ministério da Educação, no que respeita ao processo de matrícula e seu encaminhamento.



# **ANEXO I**

## **NORMAS DOS APOIOS SOCIOEDUCATIVOS**

### **CAPÍTULO I**

#### **Disposições Gerais**

##### **I**

##### **(Do Objeto)**

As presentes Normas regulam as condições de atribuição dos subsídios de Auxílios Económicos e de Tecnologias de Apoio.

##### **II**

##### **(Da Natureza)**

1. O apoio em Auxílios Económicos traduz-se na atribuição de um subsídio destinado a compartilhar anualmente a aquisição do material escolar para os alunos carenciados, bem como na atribuição de manuais escolares e outros recursos pedagógicos.
2. O apoio em Tecnologias de Apoio traduz-se na atribuição de um subsídio destinado a compartilhar, anualmente, a aquisição de dispositivos facilitadores que se destinam a melhorar a funcionalidade e a reduzir a incapacidade dos alunos, com Necessidades Educativas Especiais (NEE) com programa educativo individual, organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.
3. São considerados para efeitos da atribuição do subsídio para Tecnologias de Apoio, os recursos pedagógicos de apoio complementar, devidamente identificados e justificados no programa educativo individual do aluno, pela Equipa de Educação Especial.

##### **III**

##### **(Dos Destinatários)**

1. São destinatários dos Auxílios Económicos, para aquisição de material escolar, os alunos do 1º ciclo do ensino básico que frequentam as escolas da rede pública do concelho de Odivelas, cujos agregados familiares são considerados carenciados.
2. São ainda destinatários do subsídio de Auxílios Económicos, os alunos do 1º ciclo do ensino básico das escolas da rede pública do concelho de Odivelas, com necessidades educativas individuais (NEE) e com programa educativo individual, e cujas necessidades educativas especiais permitam a utilização da generalidade dos materiais considerados para efeitos da participação na aquisição do material escolar para os restantes alunos.
3. São destinatários das Tecnologias de Apoio, os alunos do 1º ciclo do ensino básico, com necessidades educativas especiais (NEE) e com programa educativo individual, que frequentem modalidades específicas de educação, e cujas necessidades educativas impliquem a utilização de materiais específicos, facilitadores das aprendizagens individuais.



## CAPÍTULO II

### Candidatura e Participação

#### IV

##### (Dos Escalões de Apoio)

1. O escalão de apoio para atribuição dos auxílios económicos aos alunos que frequentam as escolas do 1º ciclo do ensino básico é determinado pelos escalões de apoio, definidos de acordo com o posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família.
  - a. **Escalão A** - Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 1º escalão, para efeitos de atribuição de abono de família;
  - b. **Escalão B** – Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de atribuição de abono de família.
2. Os alunos com necessidades educativas especiais beneficiam de apoio no escalão mais favorável, independentemente do escalão de abono de família em que o seu agregado familiar se encontra inserido.
  - a. **Auxílios Económicos no Escalão A** - Alunos com necessidades educativas especiais (NEE), cujas necessidades educativas permitam a utilização da generalidade dos materiais considerados para efeitos da comparticipação na aquisição do material escolar para os restantes alunos;
  - b. **Subsídio em Tecnologias de Apoio** - Alunos com necessidades educativas especiais (NEE), cujas necessidades educativas impliquem a utilização de materiais específicos, facilitadores das aprendizagens individuais.

#### V

##### (Das Candidaturas)

1. A candidatura aos apoios sócio educativos é efetuada nos agrupamentos de escolas, a partir da data de início das matrículas nos estabelecimentos de ensino, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, enviados previamente, pela Câmara Municipal de Odivelas.
2. Os formulários de candidatura encontram-se, igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em **[www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt)**.
3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar, de forma atempada, a divulgação das condições de candidatura aos potenciais destinatários dos apoios sócio educativos, bem como, informar sobre o resultado do processo de candidatura.
4. Após o devido preenchimento, os Formulários deverão ser entregues nas Secretarias dos agrupamentos de escolas (nos Serviços de Ação Social Escolar - SASE), a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar dos alunos, nos termos da legislação em vigor.



5. Os Formulários de Candidatura, acompanhados dos respetivos documentos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador dos vencimentos), constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que deverão ficar arquivados no SASE, dos respetivos agrupamentos de escolas.
6. As candidaturas ao subsídio em tecnologias de apoio deverão ser acompanhadas por uma justificação formal por parte do Núcleo de Ensino Especial dos agrupamento de escolas, com a indicação expressa dos materiais a utilizar, sem a qual a candidatura será considerada sem efeito.
7. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os agrupamentos de escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (geral@cm-odivelas.pt), a listagem dos alunos.
8. A receção das candidaturas é precedida pela confirmação das mesmas pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas, após a qual é efetuado o processamento do respetivo apoio, sendo remetida para o agrupamento de escolas, uma listagem dos alunos admitidos, em formato digital, por modalidade de apoio.
9. Considerando as mobilidades que ocorrem no sistema educativo, durante o 1º período letivo, estabelecem-se dois prazos de candidatura, distintos:
  - **1ª Fase:** Receção de candidaturas nos agrupamentos de escolas, até 15 de agosto, com data limite para receção das candidaturas na Câmara Municipal de Odivelas – até 31 de agosto;
  - **2ª Fase:** Receção de candidaturas nos agrupamentos de escolas, após o fim do prazo definido na 1.ª fase e até ao prazo limite de 31 de outubro, com data limite para receção das candidaturas, na Câmara Municipal de Odivelas – até 15 de novembro.
10. No caso dos alunos que se venham a inscrever nas escolas do 1º ciclo do concelho de Odivelas, após o prazo definido na 2ª fase, por motivos que não lhes sejam imputáveis, poderão usufruir dos referidos apoios, mediante fundamentação por escrito, por parte dos diferentes agrupamentos de escolas.

## VI

### (Das Comparticipações Financeiras)

1. O valor do subsídio de Auxílios Económicos a atribuir aos alunos, destinado à aquisição de material escolar, é definido anualmente por Despacho do Ministério da Educação, de acordo com os escalões de apoio, considerados da seguinte forma:
  - a. Escalão A – comparticipação de 100% sobre o valor fixado anualmente;
  - b. Escalão B – comparticipação de 50% sobre o valor fixado anualmente para o escalão A.
2. O valor do subsídio destinado a participar a aquisição de Tecnologias de Apoio, a atribuir aos alunos com NEE, é fixado anualmente pela Câmara Municipal de Odivelas,





tendo como referência o cálculo do valor médio despendido com a atribuição de auxílios económicos e manuais escolares.

3. Os montantes dos subsídios relativos aos Auxílios Económicos e Tecnologias de Apoio, após validação e confirmação das candidaturas pela Câmara Municipal de Odivelas, são transferidos para os agrupamentos de escolas, de acordo com o número de alunos considerados e o respetivo escalão de apoio.
4. Anualmente, os agrupamentos de escolas informam a Câmara Municipal de Odivelas, da modalidade utilizada pelos mesmos, para disponibilizarem as verbas destinadas aos subsídios de Auxílios Económicos e às Tecnologias de Apoio, aos encarregados de educação.
5. Após receção da verba destinada a estes subsídios pelos agrupamentos de escolas, estes remeterão cópia dos recibos de entrega de verba e/ou de compra de material, com a assinatura do Encarregado de Educação e do responsável da Secretaria/Tesouraria dos agrupamentos de escolas.
6. Os valores não reclamados pelos encarregados de educação, deverão ser devolvidos à Câmara Municipal de Odivelas, ao cuidado do Tesoureiro da Câmara Municipal, com os seguintes elementos: listagem nominal dos alunos que não efetuaram o levantamento da verba; estabelecimento de ensino e ano de escolaridade de frequência dos alunos; escalão de apoio e montante atribuído por aluno.

### **CAPÍTULO III**

#### **Disposições Finais e Transitórias**

##### **VII**

##### **(Situações Omissas)**

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com a legislação vigente.



## **ANEXO II**

### **NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES**

#### **I**

##### **(Disposição Introdutória)**

1. As presentes normas destinam-se a definir o funcionamento do fornecimento do serviço de refeições nos estabelecimentos de educação pré-escolar e das escolas básicas do 1º ciclo da rede pública, podendo, num futuro próximo, vir a integrar estabelecimentos de ensino de 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, da rede pública do concelho.
2. Caso venha a ocorrer a situação prevista no ponto anterior, as regras de funcionamento do fornecimento do serviço de refeições, serão oportunamente definidas, e submetidas a aprovação dos órgãos competentes do Município, de acordo com a legislação que estiver em vigor.

#### **CAPÍTULO I**

##### **Disposições Gerais**

#### **II**

##### **(Do Objeto)**

As presentes normas identificam as regras e os procedimentos aplicáveis ao fornecimento e funcionamento do serviço de refeições em refeitórios escolares, sob gestão da Câmara Municipal de Odivelas.

#### **III**

##### **(Do Objetivo)**

O fornecimento de refeições em refeitórios escolares tem como objetivo contribuir para promover o sucesso educativo, combater a exclusão social e escolar, desenvolver hábitos alimentares saudáveis, através do fornecimento de refeições equilibradas e adequadas às necessidades das crianças em idade escolar.

#### **IV**

##### **(Da Natureza)**

1. O fornecimento de refeições em refeitórios escolares é assegurado pela Câmara Municipal de Odivelas, mediante a contratação do serviço a empresa de restauração coletiva, na observância pela legislação em vigor, e orientações do Ministério da Educação.
2. O fornecimento de refeições, em refeitórios escolares, consiste na distribuição de 3 refeições diárias (pequeno-almoço, almoço e lanche) nos jardins-de- infância e nas escolas do 1º ciclo do ensino básico, da rede pública, do concelho de Odivelas.



**V**

**(Dos Destinatários)**

1. Beneficiam do fornecimento de refeições escolares, nos refeitórios escolares, todos os alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino do pré - escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, e da rede pública do concelho, independentemente da condição socioeconómica do seu agregado familiar;
2. Caso o pessoal docente e/ou não docente, dos estabelecimentos de educação e ensino, pretendam usufruir do serviço de refeições, deverão fazer a sua marcação, diretamente com a empresa que presta o serviço, pagando o valor da refeição diretamente à mesma, não auferindo de qualquer comparticipação por parte da Câmara Municipal de Odivelas

**VI**

**(Da Divulgação)**

O fornecimento de refeições escolares, em refeitórios escolares, implica uma estreita articulação entre os serviços da Câmara Municipal de Odivelas e os agrupamentos de escolas do concelho, sobretudo no que se refere à divulgação das normas de acesso ao serviço, junto dos pais e encarregados de educação, no ato e/ou renovação da matrícula dos alunos.

**CAPÍTULO II**

**Comparticipação das Refeições**

**VII**

**(Do Preço das Refeições)**

1. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa todas as refeições fornecidas em refeitórios escolares.
2. A comparticipação, a que se refere o número 1, do presente artigo, tem subjacente a diferença entre o valor real da refeição e o preço a pagar pelas famílias.
3. O preço dos almoços a fornecer aos alunos nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de ensino é fixado, anualmente, por Despacho do Membro do Governo responsável pela área da educação;
4. O valor a cobrar pela Câmara Municipal de Odivelas, relativamente às restantes refeições (pequeno-almoço e lanche), é definido anualmente, pelo Executivo Municipal.



## **VIII (Dos Escalões de Apoio)**

1. O acesso ao fornecimento de refeições escolares processa-se de acordo com os apoios previstos no âmbito da ação social escolar, os quais são determinados, em função do escalão de abono de família em que o agregado familiar se insere.
2. A participação das famílias, na aquisição de refeições, é variável, em função do escalão de apoio em que o agregado familiar se posiciona.
3. Situações específicas serão analisadas, caso a caso, de acordo com legislação própria.

## **CAPÍTULO III Acesso ao Serviço de Refeições Escolares**

### **IX (Do Processo de Candidatura)**

1. O acesso ao fornecimento do serviço de refeições escolares, é efetivado pela famílias junto dos agrupamentos de escolas, no ato da matrícula e/ou renovação de matrícula, através do preenchimento e entrega do Formulário de Candidatura próprio, disponível nos agrupamentos de escolas e no site da Câmara Municipal de Odivelas, em **www.cm-odivelas.pt**.
2. Considerando a existência de uma plataforma utilitária de gestão dos refeitórios escolares, que implica a existência de credencias próprias de acesso (para validação de pagamentos, consumos e desmarcações, por parte dos encarregados de educação), o preenchimento e devolução deste formulário é uma das condições base para o acesso ao serviço.
3. Nos formulários, os encarregados de educação deverão mencionar quais as refeições que pretendem que os seus educandos consumam, devendo essa informação, ser posteriormente validada, aquando da definição das turmas e horários.
4. Os Formulários de candidatura, devidamente preenchidos, são entregues nas Secretarias dos agrupamentos de escolas (nos Serviços de Ação Social Escolar - SASE), e constituem parte integrante do processo individual do aluno.
5. A instrução dos processos de candidatura, a análise da condição socioeconómica dos agregados familiares, nos termos da legislação em vigor, assim como, a validação das candidaturas e a emissão de listagem de alunos apoiados por escalão, são da responsabilidade do SASE.
6. Após verificação das candidaturas, os agrupamentos de escolas, procederão ao envio de uma listagem, para efeitos de inserção na plataforma informática, que remeterão à Câmara Municipal de Odivelas, com os campos preenchidos, no formato a ser definido para o efeito.
7. O acesso ao fornecimento das refeições escolares, pode ser efetuado a todo o tempo, bastando para o efeito, que os pais e/ou encarregados de educação efetuem a inscrição da criança/aluno, nos parâmetros definidos nos números anteriores.



## **X**

### **(Da Aquisição de Refeições)**

1. A aquisição de refeições está condicionada à entrega dos formulários preenchidos nas sedes de agrupamento de escolas, à instrução correta da candidatura, e à posterior validação por parte da Câmara Municipal de Odivelas.
2. A aquisição de refeições processa-se antecipadamente, com periodicidade mensal, funcionando no formato de pré-pagamento, diretamente à Câmara Municipal de Odivelas, através das seguintes modalidades:
  - a. Através de multibanco, de acordo com regras definidas pelo executivo municipal, a serem comunicadas oportunamente aos membros da comunidade educativa;
  - b. Presencialmente, nos postos de atendimento, cujas localizações e horários de funcionamento, serão definidos pelo executivo municipal, no início de cada ano letivo, e oportunamente divulgados.
3. O valor dos pagamentos a efetuar, tem em conta o número de dias letivos inscritos no calendário escolar, do mês seguinte, em conformidade com as refeições que o aluno prevê consumir.
4. O encarregado de educação, poderá optar pela emissão de uma fatura mensal, que vence no 5.º dia útil do mês anterior a que o consumo diz respeito, podendo a sua emissão ser efetuada através de fatura eletrónica, ou fatura em papel, devendo, em ambos os casos, fornecer o endereço correto, bem como um endereço alternativo.

## **XI**

### **(Da Marcação das Refeições)**

1. As refeições ficam automaticamente marcadas na plataforma SIGA-EDUBOX, após pagamento, por referência ao número 3 do artigo anterior, cabendo ao encarregado de educação efetuar a sua desmarcação, caso se justifique, conforme artigo seguinte.
2. A ausência de pagamento da refeição, não confere ao aluno qualquer direito ao seu consumo, podendo implicar o seu não fornecimento, por parte da Câmara Municipal de Odivelas.
3. Sem prejuízo do referido no número anterior, e tendo presente o superior interesse da criança, a Câmara Municipal de Odivelas poderá providenciar, no sentido de garantir o fornecimento do almoço aos alunos que compareçam no refeitório escolar para almoçar, e cujo encarregado de educação não tenha realizado o respetivo pagamento e/ou marcação.

## **XII**

### **(Da Desmarcação das Refeições)**

1. As refeições marcadas podem ser anuladas através da plataforma de gestão (SIGA-EDUBOX), com recurso às credenciais próprias de cada aluno (facultadas no início de cada ano letivo), ou presencialmente, nos postos de atendimento definidos oportunamente, pelo executivo municipal.



2. A anulação/desmarcação das refeições deverá ser efetuada até às 16H:00M do dia anterior ao seu consumo;
3. Poderão ainda ser efetuadas desmarcações via telefone junto dos serviços de educação ou estabelecimento de ensino até às 10h do dia a que a refeição diz respeito, desde que devidamente justificado através de atestado médico.
4. As refeições não anuladas, nos prazos indicados no número anterior, são consideradas como consumidas.
5. Os alunos que tenham refeições marcadas, e não compareçam no refeitório para efetuar o seu consumo, perdem o direito a usufruir da mesma, num outro dia, sendo o encarregado de educação responsável pelo respetivo pagamento.
6. As refeições não serão faturadas, sempre que o seu consumo seja desmarcado, conforme exposto no número 2, do presente artigo, ou caso, o seu consumo não seja realizado por motivos devidamente justificados não imputáveis ao aluno ou à respetiva família.

### **XIII**

#### **(Das Dívidas)**

1. O pagamento das refeições escolares deve ser garantido pelos encarregados de educação dos alunos, sendo que o incumprimento deste procedimento, determina a inexistência de qualquer reserva de refeição escolar para o aluno em causa.
2. Quando exista um incumprimento por parte do encarregado de educação do aluno do dever de efetuar o pagamento da refeição, a Câmara Municipal de Odivelas, em sua substituição, garante o fornecimento do almoço, atendendo ao direito à alimentação, consagrado na Declaração dos Direitos da Criança, subscrita na íntegra por Portugal, tendo o direito legal ao ressarcimento da respetiva verba, por parte dos faltosos.
3. Quando a situação referida no número anterior, constitua um comportamento reiterado por parte do encarregado de educação do aluno, havendo indícios de comprovada negligência, poderá a Câmara Municipal de Odivelas ou o agrupamento de escolas, proceder à comunicação deste facto, junto da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odivelas.
4. O apuramento da dívida decorrente do consumo de refeições escolares, e do não pagamento das mesmas, determina a identificação do valor da dívida em causa, com emissão de uma fatura, para regularização no prazo de 10 dias.
5. Findo o prazo identificado no número anterior, sem que tenha existido uma regularização da dívida, acresce uma penalização de 20%.
6. Sem prejuízo dos números anteriores, do presente artigo, o não pagamento da dívida dentro do prazo de pagamento voluntário, e do prazo definido para o valor a pagar com penalização, quando aplicável, implica a extração das respetivas certidões de dívida e o seu envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.





## **CAPÍTULO IV**

### **Funcionamento do Refeitório Escolar**

#### **XIV**

##### **(Do Funcionamento do Refeitório Escolar)**

1. O refeitório escolar funciona nos dias úteis, e em tempo letivo, para todas as crianças do pré-escolar e os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, da rede pública, encontrando-se encerrado nas interrupções letivas e férias escolares para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, e para as crianças do pré-escolar que não frequentem as atividades de animação e apoio à família.
2. O refeitório escolar é um espaço que está ao serviço de todas as crianças/alunos, mesmo daqueles que, por motivos devidamente justificados, consomem uma refeição confeccionada em casa.
3. O serviço de refeições escolares funciona todos os dias letivos, nos seguintes horários:
  - a. Pequenos-almoços - imediatamente antes do início da atividade letiva;
  - b. Almoços - entre as 11h:30m e as 14h:30m;
  - c. Lanches - a partir das 15h:30m (ou de acordo com o horário dos intervalos estipulado pelo estabelecimento de ensino).
4. A distribuição/fornecimento dos lanches será articulada entre a coordenação do estabelecimento de ensino e a empresa responsável pelo serviço de refeição, por referência aos horários e espaços escolares específicos de cada estabelecimento de ensino, sendo dado conhecimento do mesmo, à Câmara Municipal de Odivelas.
5. Caso a direção do agrupamento de escolas, decida o encerramento do estabelecimento de ensino, não haverá comparticipação da refeição aos alunos, por parte da Câmara Municipal de Odivelas.
6. No caso de se verificar alguma emergência e/ou falha no abastecimento de água, energia elétrica ou gás, o fornecimento de refeições escolares é assegurado, mediante o recurso a uma ementa composta por alternativas de produtos alimentares à base de conservas (como prato principal), pão, fruta e água engarrafada.
7. A supervisão diária do serviço de refeição é da responsabilidade do órgão de gestão do estabelecimento de ensino, pelo que qualquer questão relacionada com a organização e o funcionamento do serviço, a qualidade e a quantidade das refeições fornecidas, deverá ser colocada à coordenação do estabelecimento de ensino, que articulará com o serviço competente da Câmara Municipal de Odivelas.
8. O aluno deve entrar no refeitório de forma ordeira, e sentar-se à mesa, acatando as indicações dadas pelos adultos, promovendo um ambiente calmo ao longo da refeição. O aluno deve ser sensibilizado e informado, por parte dos adultos (pessoal docente, pessoal não docente), a experimentar novos alimentos e sabores, presentes nas ementas, para a adoção de comportamentos alimentares mais saudáveis.



9. O espaço do refeitório escolar está interdito a pessoas estranhas ao serviço de fornecimento de refeições, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Odivelas/Divisão de Educação, excetuando:
- Trabalhadores da Câmara Municipal de Odivelas/Divisão de Educação;
  - Pessoal Não Docente afeto ao respetivo estabelecimento de ensino;
  - Pessoal Docente do respetivo estabelecimento de ensino;
  - Pessoal dos quadros da empresa prestadora do serviço de refeições.
10. Está interdita a guarda e conservação de alimentos vindos de casa (p.e. bolos de aniversário, entre outros) nos equipamentos de refrigeração da cozinha, pelo que qualquer situação que possa ocorrer com o seu consumo, a empresa prestadora do serviço de refeições e a Câmara Municipal de Odivelas, declinam qualquer responsabilidade.

## XV

### (Das Ementas)

1. As ementas das refeições escolares são elaboradas pela Câmara Municipal de Odivelas, por uma NUTRICIONISTA, de acordo com as orientações emanadas pelo Ministério da Educação - Direção Geral de Desenvolvimento Curricular, e do Documento "Educação Alimentar em Meio Escolar – referencial para uma oferta alimentar saudável".
2. As ementas serão afixadas no estabelecimento de ensino, em local visível a toda a comunidade educativa, podendo ainda ser consultadas no Site oficial da Câmara Municipal de Odivelas - **www.cm-odivelas.pt**.
3. As ementas são semanais (com repetição após 6 semanas), não podendo ser alteradas sem prévia autorização da Câmara Municipal de Odivelas, salvo em situações excecionais e por motivos não imputáveis à entidade adjudicante.
4. A composição das ementas das refeições escolares é variável, de acordo com o tipo de refeição:
  - a. A refeição do pequeno-almoço inclui: **sandes** (fiambre de aves ou queijo ou manteiga ou doce); e **leite** simples ou achocolatado em pacote tipo tetrapack ou **iogurte** de aromas líquido;
  - b. A refeição do almoço inclui: sopa de legumes ou leguminosas; **prato** de carne, ou peixe, ou ovos; acompanhamento (batata, ou arroz, ou massa, ou leguminosas); legumes/hortaliças ou salada; **pão**; **sobremesa** (doce ou fruta ao natural ou iogurte); **água** (única bebida permitida);
  - c. A refeição do lanche inclui: **sandes** (fiambre de aves, ou queijo, ou manteiga, ou doce) ou uma dose individual de bolacha Maria/torrada; **leite** simples em pacote tipo tetrapack, ou **iogurte** líquido de aromas, ou iogurte de aromas sólido, ou uma **peça** de **fruta**.
5. Excecionalmente, e em dias de passeio ou visitas de estudo, poderá ser fornecida a refeição tipo picnic (almoço e/ou lanche), desde que devidamente articulado, entre o órgão



de gestão do estabelecimento de ensino e a empresa que fornece as refeições, com uma antecedência mínima, de 15 dias.

## **XVI**

### **(Das Dietas Personalizadas)**

1. Por motivos de saúde e/ou étnicos religiosos, as refeições fornecidas poderão ter uma ementa diferenciada, elaborada a partir de alimentos permitidos e tolerados pelas crianças/alunos, e ajustada às suas necessidades específicas, desde que a empresa adjudicatária do serviço tenha capacidade de fornecimento dos mesmos.
2. Para o efeito do exposto no número anterior, existem regras específicas que se encontram contempladas nas normas dos refeitórios escolares, distribuídas anualmente nos estabelecimentos de educação e ensino, e disponibilizadas através do Site oficial da Câmara Municipal de Odivelas.
3. Apenas nas situações, em que a Câmara Municipal de Odivelas, não possua capacidade de, em conjunto com a empresa adjudicatária do serviço, fornecer alimentação diferenciada, poderá o aluno usufruir de refeição enviada de casa para a escola.
4. Ressalva-se, que a refeição “caseira”, considerada no ponto anterior, terá de ser acondicionada em termos isotérmicos, que garanta a segurança e a integridade dos alimentos, já que está expressamente interdita a utilização dos equipamentos de conservação e aquecimento existentes no refeitório escolar.
5. Dado que o refeitório escolar é um espaço comum a todos os alunos, esta refeição “caseira” poderá ser tomada nesse espaço, no horário em vigor do estabelecimento de ensino, para realização do pequeno-almoço, almoço ou lanche.

## **CAPÍTULO V**

### **Disposições Finais e Transitórias**

## **XVII**

### **(Situações Omissas)**

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com a legislação vigente.



## **ANEXO III**

### **NORMAS DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**

#### **CAPÍTULO I**

#### **Disposições Gerais**

##### **I**

##### **(Disposição Introdutória)**

1. A educação pré-escolar é considerada a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.
2. As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), na vertente prolongamento de horário, traduzem-se na oferta de atividades de animação e acompanhamento das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, antes e depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.
3. As AAAF são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias, de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.
4. Ao longo do tempo, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO), tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos existentes na comunidade.

##### **II**

##### **(Do Objeto)**

As presentes normas regulam as condições de acesso, bem como o modelo de funcionamento das AAAF, nos estabelecimentos de educação pré-escolar.

##### **III**

##### **(Dos Objetivos)**

Com as AAAF pretende-se:

1. Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente, garantir que as mesmas



usufruem de atividades com qualidade pedagógica, complementares das atividades educativas.

2. Assegurar o acompanhamento das crianças, antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

#### IV

##### **(Dos Destinatários)**

São destinatários do serviço das AAAF as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas.

## **CAPÍTULO II**

### **Implementação, Organização e Funcionamento**

#### V

##### **(Da Implementação)**

1. A Câmara Municipal de Odivelas constitui-se como entidade promotora do Programa das AAAF, nos termos estabelecidos no Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.
2. A planificação das AAAF é da responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas.
3. Para implementação das AAAF, podem constituir-se como entidades gestoras do Programa, os Agrupamentos de Escolas, as Associações de Pais e Encarregados de Educação, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.
4. Nas situações em que os Agrupamentos de Escolas não se assumam como entidades gestoras, constituem-se obrigatoriamente como entidade parceira das entidades gestoras por si selecionadas.
5. As entidades gestoras poderão prestar diretamente o serviço de AAAF ou estabelecer parcerias com entidades terceiras, para esse fim.
6. As entidades gestoras responsabilizam-se, entre outros, pela implementação e desenvolvimento das AAAF, tendo em conta as necessidades das crianças e das famílias e a capacidade dos espaços escolares, em devida articulação com os órgãos competentes dos Agrupamentos de Escolas.
7. A Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora do programa, comparticipa financeiramente a frequência das AAAF, leva a cabo o controlo financeiro da sua execução, e assume a monitorização e avaliação do Programa, em estreita colaboração com todos os parceiros envolvidos.
8. O pagamento relativo ao desenvolvimento do Programa das AAAF, apenas será considerado, após assinatura pelas partes, do Acordo de Colaboração Bipartido (entre a



Câmara Municipal de Odivelas e o Agrupamento de Escolas) ou Tripartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Gestora).

## VI

### (Da Organização e Funcionamento)

1. A oferta das AAAF é de natureza obrigatória pelos estabelecimentos de educação Pré-escolar, mas de frequência facultativa por parte das crianças.
2. As AAAF funcionam num período máximo de 11 meses por ano, entre setembro e julho.
3. Sem prejuízo da normal duração das atividades educativas na educação pré-escolar, as AAAF desenvolvem-se, obrigatoriamente, até às 17h30, podendo a oferta de atividades ser extensível ao período que antecede e precede a realização das atividades educativas no jardim-de-infância.
4. A oferta das AAAF poderá organizar-se durante os períodos de atividades educativas, entre as 7h00/ 9h00 e as 15h30/ 19h30, e nas interrupções dessas atividades, entre as 7h00 e as 19h30.
5. Em caso de necessidade das crianças e das famílias, poderá haver adequação do horário estabelecido no ponto anterior.
6. O horário de funcionamento das AAAF deverá ser comunicado aos encarregados de educação no momento da matrícula ou de renovação da matrícula, devendo ainda ser confirmado no início das atividades educativas.
7. O refeitório escolar encontra-se em funcionamento durante o período da oferta de AAAF, havendo, neste caso, lugar à participação da Câmara Municipal de Odivelas.
8. A planificação das AAAF deverá ter por base as presentes Normas, ter em conta as necessidades das crianças e das famílias, e estar articulada com o Plano Anual de Atividades e com o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas.
9. As AAAF são planificadas tendo em conta os recursos físicos existentes nos diferentes estabelecimentos de educação e ensino, e decorrem, preferencialmente, em espaços concebidos para estas atividades, sem prejuízo do recurso a outros espaços escolares.
10. As AAAF deverão funcionar com grupos mínimos de 15 crianças, e com grupos máximos de 25 crianças.
11. A abertura, o fecho, a limpeza das instalações e a vigilância dos recreios, são da responsabilidade da entidade gestora das AAAF, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, quando estes não se apresentem como entidade gestora.
12. A entidade gestora ficará obrigada à correta utilização dos espaços escolares onde funcionem as AAAF, sendo responsável por garantir as condições de higiene e manutenção dos mesmos, assumindo a reposição ou reparação de qualquer material ou equipamento que se danifique, sempre que tal ocorra no decurso das atividades.
13. Compete à entidade gestora disponibilizar o material didático e de desgaste rápido, necessário à viabilização das atividades a desenvolver no âmbito das AAAF.



14. Compete aos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das atividades de animação de apoio à família, tendo em vista garantir a qualidade pedagógica das atividades desenvolvidas.
15. A supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AAAP compreendem a programação das atividades, o acompanhamento das atividades através de reuniões com os respetivos dinamizadores, a avaliação da sua realização, e as reuniões com os encarregados de educação.
16. A monitorização e avaliação do Programa das AAAP são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas, em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas, e com as entidades gestoras.

### **CAPÍTULO III**

#### **Comparticipação do Serviço e Inscrições**

##### **VII**

##### **(Dos Escalões de Apoio)**

1. Os escalões de apoio são definidos de acordo com o posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família:
  - a. Escalão A – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 1.º escalão para efeitos de abono de família;
  - b. Escalão B – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de abono de família;
  - c. Escalão C – Crianças cujos agregados familiares se integrem nos restantes escalões para efeitos de atribuição de abono de família.
2. Para efeitos de atribuição do escalão de apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), bem como a outros alunos que, de acordo com a legislação própria, possam vir a estar incluídos, será considerado o posicionamento do agregado familiar no escalão de rendimento mais favorável.
3. Em caso de dúvida sobre o posicionamento dos agregados familiares nos escalões de rendimentos, cabe ao Agrupamento de Escolas desenvolver as diligências necessárias ao apuramento da condição socioeconómica das famílias, bem como prevenir e corrigir situações de usufruto indevido.
4. Os casos excecionais, e não previstos nestas Normas, deverão ser analisados individualmente no Agrupamento de Escolas, por referência ao enquadramento normativo em vigor, sujeitos a validação por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas.





## VIII

### (Da Comparticipação Financeira)

1. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa o custo da mensalidade das AAAF na educação pré-escolar, a todas as crianças que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho, sendo os montantes correspondentes, transferidos para as entidades gestoras do Programa.
2. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa a diferença entre o valor máximo de referência mensal que é de € 75,00 por criança, estabelecido pela Câmara Municipal para o custo do serviço, e o valor a pagar pelas crianças em função dos 3 escalões de apoio, definidos em função do posicionamento do agregado familiar para efeitos de atribuição do abono de família.
3. Comparticipação da família (por criança):
  - a. Escalão A – comparticipação de 0% do valor máximo de referência;
  - b. Escalão B – comparticipação de 35% do valor máximo de referência;
  - c. Escalão C – comparticipação de 75% do valor máximo de referência.
4. Comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas (por criança):
  - a. Escalão A: comparticipação de 100% do valor máximo de referência;
  - b. Escalão B: comparticipação de 65% do valor máximo de referência;
  - c. Escalão C: comparticipação de 25% do valor máximo de referência.
5. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à transferência das verbas para as entidades gestoras, em três tranches, respetivamente em agosto, dezembro e março, tendo por base, a estimativa do número de crianças inscritas nas AAAF e o seu posicionamento nos respetivos escalões de apoio.
6. Sempre que o custo do serviço exceda o valor máximo de referência, definido pela Câmara Municipal de Odivelas, a diferença será integralmente suportada pelas famílias.
7. A entidade gestora efetuará a entrega da listagem das crianças inscritas, com os comprovativos dos valores da comparticipação aos encarregados de educação nas AAAF, até ao final dos meses de janeiro, abril e agosto, a fim de se proceder a eventuais acertos e transferências subsequentes.
8. A entidade gestora deverá arquivar, em processo próprio, toda a documentação respeitante às AAAF, nomeadamente, comprovativos de frequência das crianças, posicionamento das crianças por escalões de apoio, dos pagamentos das famílias, e das respetivas comparticipações.

## IX

### (Das Inscrições)

1. A Câmara Municipal de Odivelas disponibilizará os formulários de candidatura a todos os agrupamentos de escolas, a partir da data oficial de início das matrículas nos estabelecimentos de educação e ensino.



2. Os formulários de candidatura encontram-se igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em [www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt).
3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar de forma atempada, a divulgação das condições de inscrição aos potenciais interessados, bem como, o resultado do processo de candidatura.
4. Os encarregados de educação que estejam interessados, em que os seus educandos frequentem as AAAF, deverão formalizar a sua inscrição, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, que deverão ser solicitados nos Serviços de Ação Social Escolar (SASE), dos Agrupamentos de Escolas ou nos Estabelecimentos de Educação que frequentam, a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar das crianças, nomeadamente o posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para a atribuição do abono de família.
5. Os formulários de candidatura acompanhados dos respetivos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador dos vencimentos) constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que deverão ficar arquivados no SASE, do Agrupamento de Escolas.
6. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os Agrupamentos de Escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (através do e-mail: [geral@cm-odivelas.pt](mailto:geral@cm-odivelas.pt)), a listagem dos alunos, durante o mês de setembro.
7. A inscrição das crianças nas AAAF poderá ser solicitada no decorrer do ano letivo, sendo para tal obrigatório, que os encarregados de educação procedam à sua inscrição de acordo com as presentes normas.
8. Nas situações previstas no número anterior, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar, para efeitos de pagamento, a data em que a criança inicia a frequência das AAAF, e informar de imediato, a Câmara Municipal de Odivelas.
9. Nos casos de mudança do escalão de apoio, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar o mês da emissão do respetivo comprovativo da situação socioeconómica do agregado familiar, e comunicar as alterações de escalão à Câmara Municipal de Odivelas.

## **CAPÍTULO IV**

### **Disposições Finais**

#### **X**

#### **(Situações Omissas)**

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas.



## **ANEXO IV**

### **NORMAS DOS TRANSPORTES ESCOLARES**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Disposições Gerais**

##### **I**

###### **(Disposição Introdutória)**

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto, é competência das autarquias locais, a oferta do serviço de transporte escolar aos alunos do ensino básico, secundário e profissional, desde que residam a 3 Km ou 4 Km da escola que frequentam, respetivamente, sem ou com refeitório.

Com a publicação da Portaria nº 268-A/2012, de 31 de agosto, foi regulamentado que são abrangidos pelo passe 4\_18@escola.tp os alunos do escalão A e B da Ação Social Escolar, que não se encontrem abrangidos pelo serviço de transporte escolar, previsto no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro.

Acontece que nos termos do nº 3, do artigo 5º, da referida Portaria, os alunos do escalão A beneficiam de uma redução de 60% do valor do título de transporte, enquanto os do escalão B apenas usufruem de 25% de redução. Ora entende a Câmara Municipal de Odivelas, que por questões de equidade social, deverá haver uma diferenciação positiva no apoio aos alunos do ensino secundário e profissional, pertencentes ao escalão B, desde que residam a 3km ou 4 km da escola que frequentam, respetivamente, sem ou com refeitório.

Nesse sentido, é objetivo da Câmara Municipal de Odivelas, com a criação das presentes Normas, definir e clarificar procedimentos no âmbito da organização dos processos de candidatura ao transporte escolar, nomeadamente no que diz respeito aos apoios definidos pela legislação em vigor, bem como os apoios concedidos por opção do Município.

##### **II**

###### **(Do Âmbito do Serviço de Transporte Escolar)**

É da competência da Câmara Municipal de Odivelas a oferta de um serviço de transporte escolar entre o local de residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino básico, secundário ou profissional que os alunos frequentam, quando residam a mais de 3km ou 4km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente, sem ou com refeitório.



## **CAPÍTULO II**

### **Modalidades de Apoio**

#### **III**

##### **(De Acordo com Legislação em Vigor)**

##### **1. Comparticipação da totalidade do valor do passe escolar - 100%**

- a. Alunos do ensino básico, menores de 18 anos, sujeitos à escolaridade obrigatória, que residam a mais de 3km ou 4Km do estabelecimento de ensino mais próximo (sem ou com refeitório, respetivamente);
- b. Alunos com necessidades educativas especiais, de carácter permanente, com currículo específico individual organizado nos termos da alínea e) do n.º 2, do art.º 16.º do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro e do Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto que frequentem o ensino básico e secundário;
- c. O apoio referido na alínea anterior é complementado com o serviço municipal de transporte especial, cujas normas de funcionamento se encontram previstas no Capítulo VI das presentes Normas.

#### **IV**

##### **(Por Opção do Município de Odivelas)**

##### **1. Comparticipação da totalidade do valor do passe escolar - 100%**

- a. Alunos do ensino básico, menores de 18 anos, sujeitos à escolaridade obrigatória, desde que residam a mais de 2 Km de distância do estabelecimento de ensino que frequentam, e beneficiem de Ação Social Escolar (A.S.E.);
- b. Os alunos que se incluam nos casos previstos no ponto 1, alínea a), e que frequentem ofertas formativas que integrem formação em contexto de trabalho, beneficiarão de apoio em transporte desde o local de residência até ao local de realização do estágio, desde que o mesmo faça parte do Plano Curricular de Curso.
- c. As comparticipações referidas nas alíneas anteriores, também abrangem os alunos que durante o decorrer do ano letivo, completem 18 (dezoito) anos.

##### **2. Comparticipação do Valor do passe escolar - 50%**

Alunos menores, à data da candidatura, que frequentem o ensino secundário ou profissional, residam a mais de 3km ou 4Km do estabelecimento de ensino mais próximo (sem ou com refeitório, respetivamente), desde que beneficiem do escalão B de Ação Social Escolar.

##### **3. Outros Apoios**

Crianças que frequentem estabelecimentos de educação pré-escolar e alunos menores a frequentarem o ensino básico, cujo percurso casa/escola não seja acessível a pé, em termos de distância, e que não permita a utilização de transportes públicos coletivos, para este efeito.



**V**

**(Da Exceção)**

Excetua-se do disposto nos artigos anteriores, as situações em que o estabelecimento de ensino pretendido pelo encarregado de educação ou pelo aluno, não seja aquele que serve a respetiva área de residência e, neste também haja a oferta formativa pretendida, assumindo, nestes casos, a expensas próprias, o encarregado de educação ou o aluno, os encargos com os custos de transporte que daí possam resultar.

**CAPÍTULO III**

**Escolas Dentro do Concelho**

**VI**

**(Dos Procedimentos)**

1. Para os estabelecimentos de ensino básico, secundário ou profissional, situados dentro do concelho, os processos de candidatura, deverão ser instruídos pelos mesmos, de acordo com os seguintes procedimentos:
  - a. A Câmara Municipal de Odivelas enviará a todos os estabelecimentos de ensino, em formato digital, os boletins de candidatura aos Transportes Escolares para o ano letivo seguinte, bem como as presentes Normas, até ao último dia útil do mês de junho de cada ano;
  - b. O estabelecimento de ensino é responsável, no ato da matrícula e/ou renovação da matrícula, pela divulgação atempada junto dos alunos, das condições de candidatura ao apoio em Transportes Escolares;
  - c. No caso de transferência dos alunos para estabelecimentos de ensino fora do concelho, por falta de vaga ou curso nas escolas do concelho, o estabelecimento de ensino é responsável por informar os encarregados de educação, que os alunos podem continuar a usufruir do apoio em Transporte Escolar, conforme previsto no capítulo IV, VIII e IX, das presentes Normas;
  - d. No caso dos alunos que mudem de residência e, dos que não têm vaga no estabelecimento de ensino mais próximo da área de residência, é obrigatório a junção, ao Boletim de Candidatura, de comprovativo de residência e declaração de não vaga do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, da área de residência;
  - e. O estabelecimento de ensino deverá prestar todas as informações aos candidatos e encarregados de educação, confirmar as informações constantes nos boletins e declarações, anexar obrigatoriamente cópia do comprovativo da Segurança Social em como os alunos são abrangidos pelo A.S.E, bem como informar os candidatos sobre o resultado do processo de candidatura;
  - f. Posteriormente, os boletins de candidatura serão enviados para a Câmara Municipal de Odivelas, através do órgão de administração e gestão do estabelecimento de ensino, dentro dos prazos definidos nas presentes Normas;



- g. A Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com os critérios estabelecidos nas modalidades de apoio, avaliará as candidaturas e dará conhecimento da decisão final, ao agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas;
- h. Os estabelecimentos de ensino, ao longo do ano letivo, e após receção da listagem dos alunos em que conste autorização da Câmara Municipal de Odivelas para atribuição do apoio em transporte escolar, procederão ao carregamento dos passes escolares através do Portal Viva, ou providenciarão a emissão da requisição para carregamento de passe à empresa transportadora;
- i. Os carregamentos ou requisições para carregamento do passe por parte dos estabelecimentos de ensino, serão efetuadas de setembro a junho, podendo ser extensível, no caso de estágios curriculares, até ao mês de julho;
- j. Os estabelecimentos de ensino, enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, até ao último dia útil de cada mês, a listagem devidamente assinada pelos alunos ou pelos encarregados de educação, assim como, o mapa de requisição e devolução das requisições para o carregamento do passe;
- k. Os estabelecimentos de ensino não estão autorizados a efetuar o carregamento ou entrega da requisição para carregamento do passe aos alunos, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Odivelas, sob pena de ficar à sua inteira responsabilidade o custo inerente a essas situações;
- l. Só serão emitidas requisições para carregamento do passe, caso o carregamento não seja possível através do Portal Viva.

## VII

### **(Dos Prazos de Receção dos Processos de Candidatura)**

1. Os boletins de transporte escolar deverão dar entrada nos serviços da Câmara Municipal de Odivelas, obrigatoriamente, até ao último dia útil do mês de setembro, para os alunos do ensino básico, e até ao último dia útil do mês de outubro, para os alunos do ensino secundário, sob pena dos pedidos serem indeferidos. A partir destas datas, só serão analisadas candidaturas de alunos transferidos compulsivamente para outros estabelecimentos de ensino, alunos que mudem de residência dentro do concelho, e alunos que passem a beneficiar de ASE no decorrer do mesmo ano letivo.
2. Os boletins de transporte escolar são, obrigatoriamente, preenchidos e instruídos com o comprovativo de morada da residência do aluno e o comprovativo do A.S.E., ficando os serviços competentes do estabelecimento de ensino, responsáveis pela confirmação das informações prestadas, bem como, pelo cumprimento dos prazos referidos.
3. Os boletins de transporte escolar, incorretamente ou insuficientemente preenchidos, serão devolvidos aos serviços administrativos do agrupamento de escolas ou escola não agrupada para suprimimento das falhas, e posterior envio à Câmara Municipal de Odivelas, no prazo máximo de 10 dias úteis após a devolução, sob pena de serem indeferidos.



## **CAPÍTULO IV**

### **Escolas Fora do Concelho**

#### **VIII**

##### **(Dos Procedimentos)**

1. Para os alunos que frequentam estabelecimentos de ensino localizados fora do concelho de Odivelas, os processos de candidatura deverão ser instruídos pela Junta de Freguesia da área de residência dos alunos, de acordo com os seguintes procedimentos:
  - a. A Câmara Municipal de Odivelas enviará às Juntas de Freguesia os boletins de candidatura aos transportes escolares, bem como as presentes Normas, até ao último dia útil do mês de junho, de cada ano;
  - b. Será da responsabilidade das Juntas de Freguesia:
    - i. A divulgação atempada dos requisitos necessários para os alunos poderem beneficiar do apoio em Transportes Escolares;
    - ii. Informar os candidatos e/ou os encarregados de educação sobre o resultado do pedido efetuado;
    - iii. Informar os candidatos e/ou os encarregados de educação dos prazos de pagamento do apoio;
    - iv. Informar os candidatos e/ou os encarregados de educação, dos documentos que estão obrigados a apresentar para efeitos de instrução de processo de candidatura, e para que os pagamentos possam ser levados a cabo.
  - c. Os boletins, devidamente preenchidos pelos encarregados de educação e/ou pelos alunos, confirmados pelo estabelecimento de ensino e pela Junta de Freguesia, serão enviados para a Câmara Municipal de Odivelas, dentro dos prazos definidos nas presentes Normas;
  - d. A Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com os critérios estabelecidos nas modalidades de apoio, analisará as candidaturas e procederá à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, relativas às candidaturas que forem deferidas;
  - e. A transferência de verbas para as Juntas de Freguesia será efetuada, em três vezes, respetivamente em setembro, dezembro e abril, sendo a primeira transferência calculada por estimativa;
  - f. Após transferência das verbas por parte da Câmara Municipal de Odivelas, as Juntas de Freguesia deverão proceder ao pagamento das importâncias, aos alunos ou aos encarregados de educação, até ao dia 8 do mês seguinte, ao da data dos documentos apresentados pelos beneficiários;
  - g. No ato do pagamento das verbas, os alunos ou os encarregados de educação, deverão, obrigatoriamente, apresentar os documentos abaixo mencionados, sob pena do não pagamento dos valores dos meses em falta:
    - i. Recibo comprovativo do carregamento do título de transporte;





- ii. Declaração de frequência escolar referente aos meses correspondentes à verba que vão receber (por período letivo);
- h. As Juntas de Freguesia, até ao último dia útil do mês de agosto de cada ano, deverão enviar um ofício à Câmara Municipal de Odivelas, onde conste o valor total pago aos alunos e respetivos comprovativos de pagamento, efetuados no ano letivo transato;

## **IX**

### **(Dos Prazos de Receção dos Processos de Candidatura)**

1. Os boletins de transporte escolar deverão dar entrada na Câmara Municipal de Odivelas, obrigatoriamente, até ao último dia útil do mês de outubro, para os alunos do ensino básico, e até ao último dia útil do mês de novembro, para os alunos do ensino secundário, sob pena de serem indeferidos; a partir destas datas, só serão analisadas candidaturas de alunos transferidos compulsivamente para outros estabelecimentos de ensino, alunos que mudem de residência dentro do concelho, alunos que frequentem ofertas formativas específicas para o ensino básico, e alunos que passem a beneficiar de ASE no decorrer do ano letivo.
2. Os boletins de transporte escolar são, obrigatoriamente, preenchidos e instruídos com o comprovativo da residência do aluno, e o comprovativo da Segurança Social relativo ao escalão de apoio para efeitos de posicionamento para atribuição do abono de família; no caso de alunos que não têm vaga, área de estudo ou curso, no estabelecimento de ensino mais próximo da residência, é ainda obrigatório, que seja entregue uma declaração de ausência de vaga de estabelecimento de ensino ao boletim de candidatura, ficando os serviços competentes da Junta de Freguesia, responsáveis pela confirmação das informações prestadas, bem como, pelo cumprimento do prazo referido.
3. Os formulários incorretamente preenchidos, serão devolvidos à Junta de Freguesia para suprimimento das falhas, e posterior envio à Câmara Municipal de Odivelas, no prazo máximo de 10 dias úteis após a devolução, sob pena de serem indeferidos.

## **CAPÍTULO V**

### **Análise, Admissão e Reavaliação dos Processos de Candidatura**

## **X**

### **(Dos Procedimentos da Empresa Transportadora)**

A empresa transportadora, aquando do envio das faturas à Câmara Municipal de Odivelas, juntará cópia das requisições correspondentes (caso existam), e discriminará o tipo de passe, o valor, a quantidade, e os estabelecimentos de ensino a quem foram fornecidas.



## **XI**

### **(Da Análise e Admissão de Candidaturas)**

1. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à análise e confirmação dos processos, prestando, em tempo útil, a competente informação aos estabelecimentos de ensino e às Juntas de Freguesia.
2. O apoio em Transportes Escolares, definido no âmbito das presentes Normas, não poderá ser acumulado com outros apoios em transporte.

## **XII**

### **(Da Reavaliação dos Processos de Candidatura)**

1. Os pedidos de reavaliação dos processos de candidatura que tenham sido indeferidos, e efetuados quer por parte dos estabelecimentos de ensino, quer por parte dos alunos/encarregados de educação, deverão ser levados a cabo no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de envio da primeira decisão ao estabelecimento de ensino ou à Junta de Freguesia, relativamente à não atribuição do apoio por parte da Câmara Municipal de Odivelas.
2. Estes pedidos de reavaliação de processos, deverão ser acompanhados da competente fundamentação e/ou documentação de apoio à tomada de decisão.

## **CAPÍTULO VI**

### **Transportes Especiais**

## **XIII**

### **(Do Funcionamento)**

1. Dentro da capacidade logística existente na Câmara Municipal de Odivelas, será assegurado o transporte escolar aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente (com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, e de acordo com o n.º 1, alínea b), do art.º 13.º do Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto), desde que os alunos não beneficiem já de apoio prestado por outra entidade.
2. Todos os pedidos de transportes especiais, feitos pela primeira vez, deverão ser devidamente fundamentados, sendo para tal solicitado um processo organizado pelos agrupamentos de escolas/escola não agrupada/instituição, onde conste: nome do estabelecimento de ensino e endereço; endereço do aluno e contacto do encarregado de educação; tipo de deficiência, com comprovativo de relatório médico e de declaração de incapacidade.



#### **XIV (Do Âmbito)**

1. Para admissão de alunos ao apoio em transportes especiais (dentro das limitações da frota automóvel disponível e das características/condicionalismos dos utentes a transportar), as prioridades, serão:
  - a. Alunos residentes no concelho de Odivelas, com necessidade educativas especiais de carácter permanente, inseridas na escolaridade obrigatória, ao abrigo da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, e que frequentem a escola mais próxima da área de residência, ou uma Unidade de Apoio a Alunos com Deficiência que responda às suas necessidades de apoio;
  - b. Alunos residentes no concelho de Odivelas, que frequentam a escolaridade obrigatória, ao abrigo da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, e que frequentem uma escola fora da sua área de residência ou Unidade de Apoio a Alunos com Deficiência que responda às suas necessidades de apoio (incluindo escolas ou unidades localizados nos concelhos limítrofes), por falta de resposta na escola ou Unidade de Apoio mais próxima da residência;
  - c. Alunos com necessidades educativas especiais (NEE), de carácter permanente, residentes no concelho, que frequentem estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar, localizados no concelho de Odivelas, com 4 ou 5 anos de idade;
  - d. Alunos fora da escolaridade obrigatória, residentes no concelho, que frequentem escolas ou instituições com resposta de ensino profissional localizadas no concelho de Odivelas;
  - e. Alunos fora da escolaridade obrigatória, residentes no concelho, que frequentem escolas ou instituições com resposta de ensino profissional localizadas nos concelhos limítrofes, por falta de resposta no concelho;
  - f. Outros casos, de munícipes com deficiência, que comprovadamente, não tenham recursos próprios ou apoio de outras instituições públicas ou solidárias, para se deslocarem para diferentes modalidades de educação/formação/reabilitação.

#### **XV (Dos Procedimentos)**

1. Os pedidos de apoio para transportes especiais (primeira inscrição ou renovação), deverão dar entrada na Divisão de Educação, da Câmara Municipal de Odivelas, até ao dia 31 de julho, para uma análise e informação de disponibilidade do serviço, em tempo útil. Só serão aceites pedidos fora deste prazo, em casos devidamente justificados, em que as causas do atraso, não dependam do beneficiário ou do respetivo encarregado de educação (nos casos em que tal se aplique).
2. Caso o pedido de transporte seja deferido, os pais e/ou encarregados de educação, serão informados em tempo útil, e assinarão termo de responsabilidade na Divisão de Educação,



em que assumem a responsabilidade pela entrega e recolha dos alunos/utentes no local e horário, previamente definido para a paragem da viatura municipal, obrigando-se ainda, a entregar um contacto de fácil acesso, para ser utilizado exclusivamente, pelo motorista e/ou assistente operacional da viatura ou pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas, em caso de necessidade iminente de informar/esclarecer/clarificar, qualquer assunto relacionado com o seu educando/familiar.

3. O transporte especial será assegurado dentro dos períodos letivos definidos pelo calendário escolar, e sempre que possível, dentro dos horários de início e final das atividades escolares, havendo exceção a esta regra, no caso de, comprovadamente, se realizarem atividades fora do calendário escolar, publicado anualmente, pelo órgão de administração central com competência nesta matéria.

## **CAPÍTULO VII**

### **Disposições Finais e Transitórias**

#### **XVI**

##### **(Das Situações Omissas)**

1. A evocação do desconhecimento das presentes Normas, não será considerada justificação aceitável, para o incumprimento das obrigações nelas constantes.
2. Situações excecionais, e/ou omissas nas presentes Normas, deverão ser apresentadas e devidamente justificadas pelos alunos/encarregados de educação, pelo estabelecimento de ensino, ou pela Junta de Freguesia, em requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, cabendo à Vereação com o Pelouro da Educação, após a devida análise técnica, decidir caso a caso.

#### **XVII**

##### **(Das Falsas Declarações)**

As falsas declarações implicarão a cessação imediata do apoio atribuído, bem como o reembolso à Câmara Municipal de Odivelas, do montante correspondente à comparticipação indevidamente recebida, por parte do aluno.